

FACULDADE DE IMPERATRIZ  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
**DIEGO ARMANDO DE SOUSA PAZ**  
**JOSÉ ALENCAR VIANA DE ARAÚJO**

**O EFEITO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA  
NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO BAIRRO ITAMAR GUARÁ,  
NO PERÍODO DE 2013 A 2014**

Imperatriz

2014

**DIEGO ARMANDO DE SOUSA PAZ  
JOSÉ ALENCAR VIANA DE ARAÚJO**

**O EFEITO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA  
NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO BAIRRO ITAMAR GUARÁ,  
NO PERÍODO DE 2013 A 2014**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz (FACIMP) como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Economia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> MSc. Mônica Helena Pinto de Araújo.

Imperatriz  
2014

**DIEGO ARMANDO DE SOUSA PAZ  
JOSÉ ALENCAR VIANA DE ARAÚJO**

**O EFEITO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA  
NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO BAIRRO ITAMAR GUARÁ,  
NO PERÍODO DE 2013 A 2014**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz (FACIMP) como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Economia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> MSc. Mônica Helena Pinto de Araújo.

Aprovado em 12/12/2014

BANCA EXAMINADORA

---

(Orientador)

---

1º Membro

---

2º Membro

Imperatriz

2014

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Erlande Cacao de Sousa, pelo esforço e dedicação nos momentos difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente e acima de todos quero agradecer a Deus por tudo, também quero agradecer minha família, sobretudo à minha mãe, Maria Erlande Cacau de Sousa e minha avó Jandira Ferreira Paz, que sempre me ajudaram no que eu precisava. Aos meus colegas acadêmicos que me ajudaram na elaboração desse trabalho, Jorneles Sales e Manoel Cecilio Junior e a todos os colegas da sala que me ajudaram nesse trabalho.

Aos meus amigos da Igreja Nova Aliança, Edson Oliveira, Adão Ferreira de Sousa, Gabriel Fortaleza, Mateus Braga Leite e Emanuele Vale, que também me ajudaram na elaboração desse trabalho e me deram forças para continuar. Também quero agradecer bastante a minha orientadora, a Professora Mônica Helena Pinto de Araújo, que com muita paciência e alguns “puxões de orelha”, me colocou na trilha certa para o desenvolvimento correto e consciente deste trabalho e que, com muito carinho e incentivo, me ajudou a concluí-lo.

Quero também agradecer a meu antigo patrão, Cledonilton Sales e a sua esposa, Gianna Sales, aos quais me deram apoio no tempo em que precisei. Agradeço também a toda a equipe do Ponto Cabelereiros com Maria Zilda Silva como representante e Loteria Tocantins com Elizabeth Leal Porto e Josymeire Rodrigues Costa como representante.

Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me.

Mateus 19:21.

## **RESUMO**

Criado em 13 de abril de 2009, pelo Governo Federal, o programa Minha Casa Minha Vida objetiva, na primeira fase, a construção de um milhão de moradias no país para reduzir o déficit habitacional, este programa está inserido em um projeto mais amplo, o PAC (Plano de Aceleração de Crescimento). Contudo, o foco principal (deste trabalho) é analisar as alterações na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, que recebem até três salários mínimos, no bairro Itamar Guará. Objetiva-se analisar também os requisitos necessários para obter a moradia e as condições que o bairro onde as casas foram construídas, oferece a seus moradores.

Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida. Déficit habitacional. Qualidade de vida.

## **ABSTRACT**

Created on April 13, 2009 by the Brazilian Federal Government, the program Minha Casa Minha Vida aims, in its first stage, to construct of one million houses in the country to reduce the housing deficit, this program is part of a larger project, the PAC (Growth Acceleration Plan). However, the main focus of this work is to analyze the changes in the quality of life of families benefiting from the program Minha Casa Minha Vida, receiving until three minimum wages in Itamar Guará neighborhood. This work also objects to analyze the requirements for the housing and the conditions that the neighborhood where the houses were built, offers to its residents.

Keywords: Minha Casa Minha Vida. Housing shortage. Quality of life.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.....	41
Figura 2 – Esquema representando o primeiro projeto de ligação rodoviária entre Belém e Brasília.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – População urbana/rural – Brasil (1970-200).....	18
Gráfico 02 – Gênero.....	58
Gráfico 03 – Estado civil do responsável pelo benefício.....	59
Gráfico 04 – Faixa etária.....	60
Gráfico 05 – Nível de escolaridade.....	61
Gráfico 06 – Integrantes residentes em cada moradia.....	62
Gráfico 07 – Integrantes da família que possuem emprego.....	63
Gráfico 08 – Melhoria nos alimentos consumidos.....	64
Gráfico 09 – Setores que houve melhoria na qualidade de vida depois do recebimento da casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida.....	65
Gráfico 10 – Condições do domicílio.....	66
Gráfico 11 – Moradia antes de adquirir a casa.....	67
Gráfico 12 – Renda bruta mensal, em reais, do beneficiado pelo programa MCMV.....	68
Gráfico 13 – Aumento na renda após a aquisição da moradia.....	69
Gráfico 14 – Utilização de outras fontes de financiamento.....	70
Gráfico 15 – Satisfação da localidade do bairro.....	71
Gráfico 16 – Conforto no espaço físico das casas.....	72
Gráfico 17 – Características socioeconômicas, qualificação profissional do beneficiado.....	73
Gráfico 18 – Características da pessoa beneficiada – cor / raça.....	74
Gráfico 19 – Renda familiar antes de receber a casa.....	75
Gráfico 20 – Necessidades básicas supridas após a aquisição da casa.....	76
Gráfico 21 – Melhora na qualidade de vida do beneficiado e de sua família após receberem a casa.....	77
Gráfico 22 – Setores a qual o Programa MCMV não conseguiu alcançar na melhoria de vida do beneficiado e de sua família.....	78
Gráfico 23 – Significado de pobreza para as pessoas entrevistadas.....	79

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking IDH Global 2013.....	26
Tabela 2 – Índice de Gini para países selecionados.....	30
Tabela 3 – Déficit habitacional 2006, por regiões.....	35
Tabela 4 – Déficit habitacional, por faixa de renda.....	36
Tabela 5 – Avanço do crescimento populacional de Imperatriz.....	50
Tabela 6 – Déficit habitacional de Imperatriz – 2000.....	52
Tabela 7 – Empreendimento Itamar Guará- 2010.....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

DFI - Danos Físicos ao Imóvel

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo e Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IDH – Índice de desenvolvimento humano

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MIP - Morte ou Invalidez Permanente

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Plano de Aceleração de Crescimento

PGC - Projeto Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PlanHab – Plano Nacional de Habitação

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento

## SÚMARIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO LITERÁRIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Conceito e Características de Desenvolvimento e Crescimento Econômico.....</b>	<b>16</b>
2.1.1	Desenvolvimento Regional.....	19
2.1.2	Desigualdade regional.....	18
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento Humano.....</b>	<b>20</b>
2.2.1	Indicadores de Qualidade de Vida.....	24
2.2.2	Desigualdade Social.....	27
<b>3</b>	<b>A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À HABITAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>Déficit Habitacional Brasileiro.....</b>	<b>33</b>
3.1.1	Conceito de Déficit Adotado no Brasil.....	37
<b>4</b>	<b>PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1</b>	<b>Objetivos e Benefícios de Até Três Salários Mínimos.....</b>	<b>40</b>
<b>5</b>	<b>HISTORICIDADE DE IMPERATRIZ.....</b>	<b>44</b>
<b>5.1</b>	<b>Migração e Demografia.....</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM IMPERATRIZ – BAIRRO ITAMAR GUARÁ.....</b>	<b>52</b>
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>55</b>
<b>7.1</b>	<b>Tipo de Pesquisa.....</b>	<b>55</b>
7.1.1	Quanto à Abordagem.....	55
7.1.2	Quanto aos Fins.....	56
7.1.3	Quanto aos Meios.....	56
7.1.4	Instrumentos de Coleta de Dados.....	56
<b>7.2</b>	<b>Universo e Amostra.....</b>	<b>57</b>
<b>8</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>59</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICES.....	86
	ANEXOS.....	91

## 1 INTRODUÇÃO

Com um déficit habitacional bem acentuado no Brasil, onde os principais ocasionadores estão nas camadas mais pobres da sociedade, que não tem condições de ter sua casa própria, se faz necessário a intervenção governamental para a promoção de programas que venham favorecer essas camadas mais pobres.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado a partir da publicação da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações. Essa Lei dispõe sobre as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao Poder Executivo e a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU.

Seus objetivos são diminuir o déficit habitacional, estimular o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, e atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna. Onde o foco do trabalho será pautado nas necessidades supridas com qualidade de vida pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o efeito socioeconômico do programa minha casa minha vida no cotidiano das famílias beneficiadas do bairro Itamar guará, no período de 2013 á 2014.

O Programa Minha Casa Minha Vida propõe, na primeira etapa, a construção de um milhão de casas de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos, onde 400 mil moradias estão destinadas a faixa de até três salários mínimos, logo mil moradias foram destinadas a primeira faixa, no bairro Itamar Guará, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão.

Contudo, um dos focos principais é conhecer as possibilidades de uma dinâmica de desenvolvimento social e econômica das famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, assim como analisar esses desenvolvimentos através da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

## 2 REVISÃO LITERÁRIA

### 2.1 Conceito e Características de Desenvolvimento e Crescimento Econômico

O grau de desenvolvimento econômico depende da utilização dos fatores de produção como os níveis tecnológicos, a quantidade e qualidade da mão-de-obra, das condições dos recursos naturais e também do bem-estar da população.

Segundo Schumpeter (1997), o desenvolvimento econômico deve ser norteado sem a intervenção do Estado, através do livre comércio, as negociações de produtos e serviços vêm a se concretizar entre os demais setores da economia, segundo o mesmo autor, que cita como exemplo um agricultor que produz trigo, e esse trigo é transformado em pão e consumido em outra cidade. Logo, esse processo de compra e venda do agricultor até o consumidor final resulta em um emaranhado de redes de conexão econômica e social, Para ele, o suposto desenvolvimento econômico é gerado através das relações desse fluxo.

Observa-se, portanto, que o fluxo existente através das necessidades de cada personagem, pelas quantidades da oferta e da demanda é que geram o desenvolvimento econômico. A quantidade de carne que o açougueiro oferta depende da demanda do seu freguês. Ou seja, para o fluxo manter-se, é necessário haver vínculos comerciais entre todos os indivíduos, que esta ofertando e demandando produtos, assim sendo, dependentes do preço e do poder de compra de cada um.

A quantidade de carne que o açougueiro vende depende de quanto seu freguês, o alfaiate, comprará e a que preço. Isso depende, todavia, dos resultados financeiros dos negócios deste último, estes novamente dependem das necessidades e do poder de compra de seu freguês, o sapateiro, cujo poder de compra depende, por sua vez, das necessidades e do poder de compra das pessoas para quem produz; e assim por diante, até que finalmente chegamos a alguém cujos rendimentos provenham da venda de seus bens ao açougueiro (SCHUMPETER, 1997, p. 27).

Através das necessidades individuais impostas pelas atividades econômicas, se gera outros conceitos para a explicação mais abrangente dessas atividades, como os conceitos de utilidade marginal a rivalidade entre bens, e logicamente chegaremos a relações de troca, preços e à antiga e empírica “lei da oferta e da procura”.

Para tanto, faz-se necessário abordar ainda, a questão do crescimento econômico, o mesmo é de grande importância para o país, no entanto, o conceito de desenvolvimento econômico é bem mais amplo.

O crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 255).

Observa-se então que o crescimento econômico está diretamente ligado ao produto agregado de um país o quanto esse país está gerando de receita onde o PIB é um dos principais indicadores. No entanto, o desenvolvimento é bem mais amplo, pois ele englobará o desenvolvimento humano através da qualidade de vida onde o bem-estar da população é também um dos principais indicadores. Então, percebe-se que a elevação do produto agregado do país não significa melhorias na qualidade de vida da sociedade. Segundo Paulani e Braga (2007) é necessário avaliar até que ponto a renda produzida por um país se converterá em benefícios para a população influenciando positivamente, por exemplo, na educação, saúde e saneamento, assim melhorando a qualidade de vida da população.

Schumpeter (1997) descreve a vida econômica do ponto de vista onde o sistema econômico tende a uma posição de equilíbrio, através do fluxo circular com a determinação do preço e da quantidade produzida de bens, esse equilíbrio é determinado. Segundo Schumpeter, em contraste com as condições do fluxo circular, isso não significa por si só que ano após ano “as mesmas” coisas aconteçam; pois apenas significa que concebemos os vários processos do sistema econômico como fenômenos parciais da tendência para uma posição de equilíbrio, mas não necessariamente para a mesma. Não porque a teoria esteja desarmada, mas porque ela esta construída para observar as consequências de tais mudanças onde haverá uma serie de instrumentos para esse fim (SCHUMPETER, 1997, p. 69).

Não é possível explicar mudanças econômicas somente pelas condições econômicas prévias em detrimento ao fundamento dos aspectos econômicos. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente (SCHUMPETER, 1997, p. 70).

As mudanças econômicas são os principais objetos de investigação. Onde essa mudança não seja apenas imposta de fora, mas também de dentro por iniciativas.

A produção como um fator de desenvolvimento econômico tem seus conceitos com o ser humano produz para seu próprio consumo, logo o ser humano produz para satisfazer suas necessidades. Logo, as necessidades de um indivíduo aparecem como um fator no processo econômico (SCHUMPETER, 1997, p.29).

O que se analisa não são os conceitos históricos até chegar ao estágio atual do desenvolvimento econômico em que ele se encontra, mas o funcionamento de seus

mecanismos e organismos do estágio do desenvolvimento. Os motivos das atividades econômicas são meramente as necessidades individuais. Onde o principal conceito está relacionado à utilidade marginal.

Nas contas nacionais, as mensurações dos valores agregados nos mostrarão um valor do produto que uma economia foi capaz de gerar em determinado tempo, essa mensuração dos valores agregados é um importante indicador de desempenho econômico, pois vem nos viabilizar um nível de capacidade produtiva e também nos viabiliza a capacidade de geração de renda de um país. No entanto, se a preocupação é com a qualidade de vida da população, essa mensuração de valores é inadequada (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 254).

O produto agregado é um importante indicador na economia, no entanto, quando se relacionado à qualidade de vida de uma população, esse indicador não é o principal indicador para o desempenho do desenvolvimento.

### 2.1.1 Desenvolvimento Regional

O crescimento e desenvolvimento de uma região vêm proporcionar um ciclo cada vez mais intenso de pessoas e conseqüentemente de habitantes, gerando assim, cada vez mais, um aquecimento no mercado desta mesma região. Com os fluxos migratórios intensos pelo motivo do desenvolvimento e crescimento, há uma necessidade de programas habitacionais para comportar a população que vem crescendo nesta região.

Assim o potencial produtiva de uma região pode estar relacionado com sua posição geográfica em relação a mercados e portos, com a experiência produtiva prévia, com as lideranças empresariais, com o conhecimento acumulado com a existência de infra-estrutura acadêmico-universitária e de pesquisa, com o mercado de trabalho, com a infra-estrutura de transportes, com a existência de serviços urbanos e etc. (DINIZ; CROCCO; 2006, p. 93).

A posição geográfica com a riqueza de recursos naturais, com uma acessibilidade facilitada a mercados consumidores e um fácil acesso a portos, possibilitam a uma região um grande potencial produtivo, onde esse potencial é de extrema importância para a escolha de um estabelecimento industrial e empresas comerciais. O conhecimento acumulado em uma região é de muita importância para o seu potencial produtivo.

A habitação, entendida como uma questão político-ideológica garantindo a hegemonia burguesa nos centros das cidades, espaço da riqueza, do poder e da “festa”, somou-se às demandas por áreas e conjuntos habitacionais nas periferias em

apoio ao processo de industrialização que trouxe grandes levas de trabalhadores para as cidades. (DINIZ; CROCCO; 2006, p. 69).

Logo então entendesse que os centros urbanos das cidades são compostos pela a hegemonia do comércio, que também a industrialização vem influenciar na demanda populacional por motivos da migração de trabalhadores, assim aumentando também a demanda habitacional que tende a crescer nas periferias das cidades.

Na teoria weberiana, segundo Sousa (2009), a empresa procura a localização que minimize os custos salariais ou custos de transporte de matérias-primas e de produto acabados.

Existem fluxos de bens e serviços hierarquizados no território na ordem ascendente, campo-aldeia-cidade-metrópole, bem como no sentido descendente, metrópole-cidade-aldeia-campo. A riqueza de uma cidade reside na pujança de seu interior, da disponibilidade de terras férteis, recursos naturais, rios navegáveis, portos e infraestrutura de base, facilitando a circulação de bens e serviços no território (SOUSA, 2009, p. 04).

Observa-se na citação acima que o fluxo de bens e serviços é hierarquizado de forma ascendente, onde abrange a metrópole, cidade, aldeia e por fim o campo. E a riqueza de uma região ou cidade se encontra na sua disponibilidade de recursos naturais com rios navegáveis, portos e infraestrutura de base para facilitar a acessibilidade e a mobilidade.

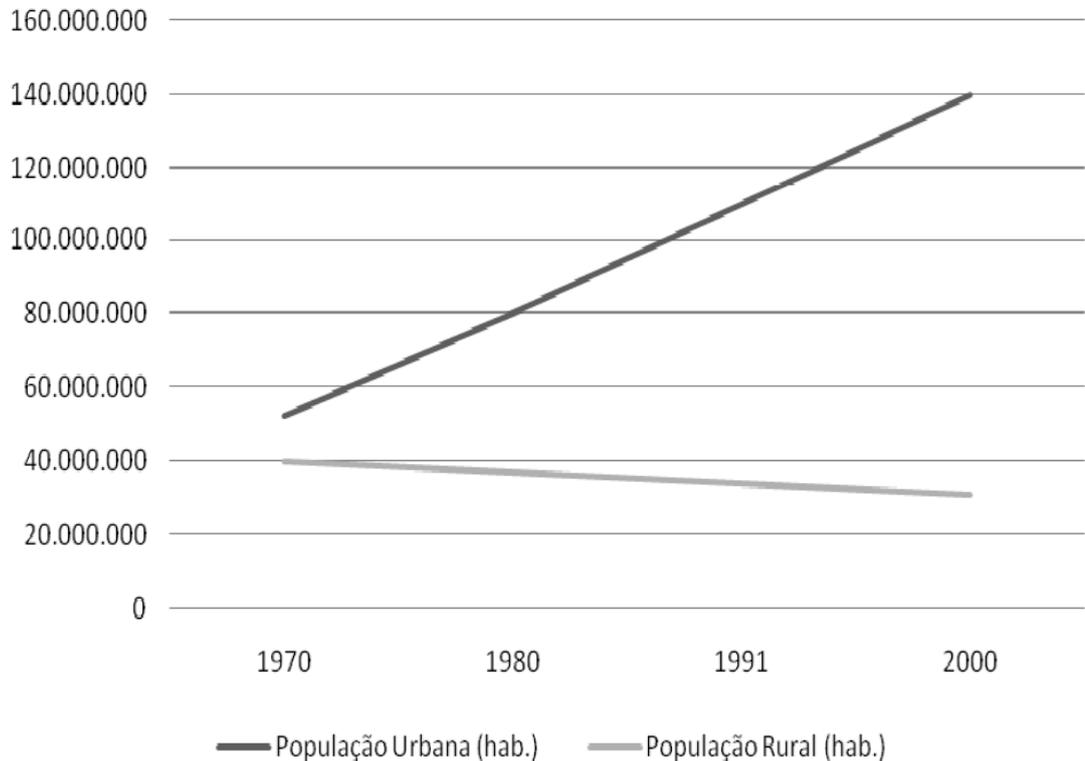
Como o capital fixo e a mão-de-obra tendem a emigrar das regiões periféricas aos polos urbanos industrializados, Souza (2009) afirma:

A concentração das indústrias atrai a mão de obra, além das empresas. As pessoas encontram maior flexibilidade de emprego em áreas densamente industrializada. Maior oferta de trabalhadores reduz os salários médios. A presença de sindicatos fortes eleva os salários e as empresas tendem a procurar áreas novas, não congestionadas para se implantarem (SOUSA, 2009, p. 07).

Um exemplo de um grande fluxo migratório, assim gerando um grande impacto na urbanização das cidades, pode ser pela instalação de uma grande empresa em uma localidade, exercendo efeitos multiplicadores diretos e indiretos sobre o emprego e a produção local, interligados tecnologicamente.

O aumento das receitas arrecadadas geraria mudanças no ambiente regional, por exemplo, infraestrutura, educação, saúde entre outros indicadores, assim também surgindo novos investimentos para região em detrimento ao clima favorável, assim com novos

investimentos seria também um clima favorável para novas atividades econômicas (SOUZA, 2009, p.137).



**Gráfico 1** - População urbana/rural – Brasil (1970-2000)

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

No gráfico 1, observa-se a discrepância entre a população rural e urbana entre os anos de 1970 a 2000. A população urbana vem crescendo através dos fluxos migratórios da área rural para urbana, assim havendo um inchaço populacional nas áreas urbanas.

Então para atender suas necessidades de moradias, as pessoas de baixa renda ocuparam encostas de morros, áreas sujeitas a inundação, áreas irregulares, entre outros, assim gerando favelas, cortiços em locais de péssimo saneamento e infraestrutura assim tendo o bem-estar prejudicado.

### 2.1.2 Desigualdade regional

Além da pobreza e má distribuição de renda, uma das desigualdades que se torna relevante são as desigualdades regionais, que é um grande fator em nosso país pelo fato da sua

dimensão territorial, onde a desigualdade regional é causada pelo acúmulo de renda em determinadas regiões.

Uma distribuição muito desigual da renda entre as regiões, por exemplo, pode gerar uma série de problemas sociais, como os grandes fluxos migratórios e o inchaço das grandes cidades, os quais, por sua vez, acabam por levar a outros, como o sobre carregamento, em determinadas regiões, da infra-estrutura de serviços industriais de utilidade pública (energia, comunicações, transportes) e da rede fornecedora de serviços públicos (saúde, saneamento, educação), além do aumento da criminalidade e violência urbanas e do crescimento da discriminação social (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 276).

Na citação acima, nota-se os problemas de uma distribuição de renda desigual entre as regiões, onde vários problemas são acarretados através dessa desigualdade, como inchaço populacional devido a migração de várias pessoas em busca de emprego, assim, aumentando a violência e tendo que haver investimentos em infraestrutura, saúde, educação, transporte, energia, saneamento e outros serviços públicos não citados, além do crescimento da discriminação e junto o aumento na exclusão social.

Em uma região com recursos naturais disponíveis, há uma maior tendência de concentração de renda nessa região, assim favorecendo o crescimento da região e a implantação de novas indústrias e também podendo ocasionar mais investimentos nessa região.

Pela teoria dos polos, o crescimento se difunde para periferia ao longo prazo, como ocorreu nos EUA e na Europa. Contudo, para muitas regiões subdesenvolvidas, eles têm se mantido concentrado espacialmente e setorialmente. Enquanto a região central cresce com altas taxas, as demais permanecem estagnadas e perdem participação no produto nacional (SOUZA, 2009, p. 137).

Como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, a teoria dos polos foi de grande importância para análise de um crescimento onde a desigualdade regional em longo prazo veio a diminuir. No entanto, nas regiões subdesenvolvidas o crescimento fica acumulado em uma região sem haver uma difusão para as regiões periféricas.

A alternativa recomendável para o desenvolvimento regional pode ser a reestruturação periférica. A questão é saber se os investimentos devem ser disseminados no território, ou em centros microrregionais estrategicamente selecionados. Seguindo a teoria dos polos, o desenvolvimento seria maior com a concentração dos investimentos em centros microrregionais, interligadas por via de transporte e comunicações (SOUZA, 2009, p. 137).

Essa reestruturação seria uma desconcentração dos polos maiores para os centros menores ou periferias através de incentivos como incentivos fiscais, criação de filiais, assim

também promovendo a criação de emprego. Assim também havendo investimentos que aumentasse a produção da terra e do trabalho nessas regiões menores.

## 2.2 Desenvolvimento Humano

Assim também confirmando um conceito de desenvolvimento que é trazer o desenvolvimento como liberdades humanas no que diz respeito aos direitos da sociedade em uma qualidade de vida melhor.

O crescimento do PIB no Brasil, industrialização, avanços tecnológicos são importantes para fatores de acesso a liberdades, mas não são fatores primordiais.

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. (SEN, 2000, p. 17).

Na citação acima há um conceito bem amplo no que diz respeito a desenvolvimento, onde se observa que o desenvolvimento não é restrito ou específico ao crescimento do PNB ou PIB no Brasil, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social, mas sim uma questão muito além dessas citadas. Esse desenvolvimento ou liberdades depende de determinantes sociais para seu crescimento ou direito.

Mas também as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17).

Observa-se na citação acima que o desenvolvimento tem outros determinantes ou fatores que possam conceituar-lhes como, por exemplo, as disposições sociais e econômicas o acesso a serviços de educação, saúde, participar de discussões e averiguações públicas são determinantes para o desenvolvimento.

A tecnologia consiste em conhecimentos incorporados a maquinas ou processos e ela traz a promessa de uma rota rápida e aparentemente indolor para o desenvolvimento (GREEN, 2009, p. 48).

O processo de acumulação de capitais, em relação também ao avanço tecnológico em um país, vem possibilitar um aumento no crescimento, onde para se utilizar essas tecnologias oriundas da acumulação de capitais é preciso conhecimento por parte de pessoas para a

utilização de máquinas e equipamentos. A perspectiva econômica de um país é gerada a partir da transformação do conhecimento em tecnologia.

Um serviço público decente é uma das funções básicas do Estado efetivo, o direito a água limpa e saneamento básico é uma das premissas para que as pessoas venham viver uma vida digna e decente. Com acesso a água potável, o número de doenças e mortes ocasionadas por essas doenças diminuem brutalmente. Segundo dados, o consumo de água potável e o acesso a saneamento aumentou em países desenvolvidos no período de 1990 a 2000, onde houve um consumo de 80% da população em 2000 em relação 71% em 1991 (GREEN, 2009, p. 48).

Para uma melhoria de vida das pessoas e que elas possam ter uma vida digna deve haver uma melhoria nos serviços públicos, assim atendendo a população com melhor eficiência e qualidade, serviços como água limpa e saneamento básico são serviços essenciais para qualidade de vida da população. O crescimento consiste em investimento em capital e tecnologia para uma expansão da indústria onde o investimento na qualificação de mão-de-obra para manusear essa tecnologia é essencial, assim também como investir na educação para que a tecnologia venha ser gerada no próprio país.

A chave para o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento está na interação entre estado e sociedade, onde essa interação entre governo e estado será para beneficiar a sociedade como um todo, através de políticas e planejamentos voltados para esse fim. Através do crescimento do país com o aumento da sua capacidade produtiva, o Estado deve promover também o desenvolvimento econômico do país onde esse desenvolvimento é no que se diz respeito a melhoria de qualidade de vida. O desenvolvimento raramente é pacífico, assim sendo que quando num país o desenvolvimento automaticamente vai haver uma transformação na estrutura social e econômica. Logo com o desenvolvimento, o Estado tem o direito de garantir saúde, educação, saneamento básico, estado de direito e a estabilidade social e econômica assim regulando, desenvolvendo e modernizando a economia (GREEN, 2009, p. 23).

O crescimento econômico promove um aumento na capacidade produtiva, mas para que o país venha obter o desenvolvimento econômico deve haver um aumento na qualidade de vida das pessoas, onde o Estado é o principal agente de fomentação do crescimento e desenvolvimento. Assim, logo o desenvolvimento vem trazer grandes mudanças na sociedade, como melhorias no bem-estar. E essas melhorias estão relacionadas com uma melhor qualidade na educação, saúde, saneamento básico, estado de direito e a estabilidade social e econômica.

A tradição dos direitos humanos envolve ferramentas e instrumentos jurídicos como, por exemplo, leis e processos de litígio aonde essas ferramentas e instrumentos vêm trazer liberdade e desenvolvimento humano para todos. No entanto, a pobreza é algo que parece que distancia esses direitos. A pobreza é um sintoma de desigualdade e relação desigual de poder. Logo, a falta de dinheiro ou a pobreza em si, é como se o cidadão pobre tivesse seus direitos e liberdades roubados por conta da discriminação e a desigualdade (GREEN, 2009, p. 29).

Segundo Sen (2000), para enfrentar o mundo com capacidade e coragem e obter sua liberdade, o ser humano não deve ter uma privação de suas capacidades básicas. Pois as principais privações de capacidades básicas são fome, invalidez física e mental, doença crônica, analfabetismo, etc. O nível de renda ou a baixa renda não é o único fator da pobreza, mas também a privação de capacidades básicas. Logo se observa que a impossibilidade da aquisição da casa própria é também um fator de privação de capacidade.

A fome e o analfabetismo são maus que deve ser combatido para que venham ter um desenvolvimento essas privações são prejudiciais para o desenvolvimento. Deve haver programas e suportes voltados para pessoas com doenças crônicas e invalidez físicas e mentais que venha contribuir para melhoria na sua qualidade de vida.

De acordo com Sen (2000) o papel constitutivo da liberdade diz respeito à importância da liberdade substantiva na melhora da vida humana (ex.: educação, saúde, moradia, segurança, qualidade de vida), incluídas, assim, as capacidades elementares, as capacidades para realizar suas próprias vontades, tais como a participação política e a liberdade de expressão.

A liberdade substantiva é o direito que todo cidadão tem em poder ter uma educação, saúde, moradia, segurança, qualidade de vida. Logo se observa que a moradia é um das capacidades básicas da liberdade substantiva e essencial para o desenvolvimento e liberdade de um país.

Para um país alavancar seu desenvolvimento, o principal setor a ser investido pelo governo é a educação, pois a educação é o ponto chave para reduzir a pobreza.

A educação é essencial para romper o ciclo da pobreza. Ela constitui um direito em si e prepara indivíduos para ter vidas plenas, compreender o mundo e, em última análise, desenvolver a autoconfiança necessária para se fazer ouvir. Uma educação de boa qualidade é emancipatório, um caminho para uma liberdade maior e uma gama mais ampla de opções, além de abrir as portas para uma saúde melhor e mais oportunidades e bem-estar material. (GREEN, 2009, p. 45).

A educação é o setor mais importante de um país, é através dela que se gera a massa produtiva, qualificada e pensante de um país. No entanto, um país que está com um índice de educação em baixa, se tem um ritmo de desenvolvimento lento. Projetos pelo governo voltados para a educação poderá acelerar mais o ritmo do desenvolvimento de uma nação. Green (2009) afirma que o Estado efetivo deve investir em saúde, educação, saneamento básico, uma vez que esses são precursores de crescimento e também possibilitam que seus benefícios sejam mais equitativamente distribuídos. Segundo Green (2009), a pobreza é um sintoma de desigualdade, logo, investimentos voltados para a educação, com certeza impactará nas desigualdades sociais.

O desenvolvimento é algo muito além do aumento do PIB ou renda monetária de um país, ele abrange o bem-estar das pessoas, a qualidade nos serviços públicos e direitos iguais a todos. Onde no mundo atual observa-se muita desigualdade e injustiça. Para haver um desenvolvimento, o Estado deve melhorar o serviço público, assim investindo na melhoria da educação, investido na saúde, saneamento básico, dando condições de acesso à informação a todos. Assim, o Estado deve tomar as medidas necessárias para garantir que a qualidade e a quantidade do crescimento econômico satisfaçam o desenvolvimento (GREEN, 2009, p. 111).

A liberdade de participação política de acesso à educação e saúde é fundamental para a o desenvolvimento, pois está entre seus componentes constitutivos. Logo, essa liberdade de oportunidades vem conduzir para o desenvolvimento (SEN, 2000, p. 19).

O desenvolvimento propõe que se exclua qualquer barreira que limita a liberdade como: pobreza, negligência dos serviços públicos, interferência ou intolerância de um Estado opressor. Logo, com essa proposta haverá uma melhor condição de vida para as pessoas, assim aumentando o seu grau de bem-estar. Portanto, com a diminuição da pobreza, negligência dos serviços públicos, entre outros fatores a desigualdade social automaticamente diminuirá.

Isso não tem por objetivo negar que a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas (SEN, 2000, p. 34).

Muitas famílias de baixa renda, com gastos em alugueis ou pagamentos de financiamentos com parcelas altas para a aquisição de uma casa própria ou até mesmo poupando recursos para esse fim, podem ter dificuldades para o investimento de seus recursos financeiros em educação, saúde e outras necessidades básicas. Com essa aquisição da casa

própria pelo programa minha casa minha vida as, famílias de baixa renda tendem a ter sua renda elevada por conta do baixo valor das parcelas. Assim, podendo investir parte da sua renda em saúde, educação e outras necessidades básicas.

Sen (2000) nos possibilita a observar, no seu livro Desenvolvimento com liberdade, que há uma existência de liberdades instrumentais onde contribui direta e indiretamente para a liberdade global, essas liberdades instrumentais são compostas por cinco tipos distintos de liberdade, que são as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora.

Entretanto, o foco a ser observado com prioridade será a liberdade instrumental baseada na oportunidade sociais, onde a mesma são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc. O objetivo a ser abordado é se as famílias beneficiadas pelo programa minha casa minha vida realmente conseguiram alcançar essas oportunidades sociais no que diz respeito a educação, saúde, infraestrutura.

Segundo Paulani e Braga (2007), é necessário avaliar até que ponto a renda produzida por um país se converterá em benefícios para a população influenciando positivamente, por exemplo, na educação, saúde e saneamento, assim melhorando a qualidade de vida da população.

A renda agregada de um país tem que influenciar positivamente na educação saúde, renda per capita, para que haja um desenvolvimento nesse país. Logo, existem indicadores para medir o grau de desenvolvimento.

### 2.2.1 Indicadores de Qualidade de Vida

Observa-se que há uma disparidade entre crescimento econômico com desenvolvimento, onde o crescimento está situado no aumento do produto interno bruto (PIB), no entanto, o desenvolvimento econômico já é bem mais amplo, pois abrange a qualidade de vida da população. E um dos modos de medir esse desenvolvimento é analisar indicadores de qualidade, como saúde e educação.

Algumas instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas vêm divulgando, sistematicamente, dados como os de expectativa de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível e qualidade da educação do país. Tais estatísticas, além de permitirem avaliar a qualidade de vida de um país, possibilitam comparações entre os países, o que nos proporciona uma ideia mais precisa do que vem a ser um país desenvolvido (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 265).

Algumas instituições são responsáveis pela divulgação dos índices de desenvolvimento humano, onde o PNUD (Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento) é o principal órgão que divulga os dados de desenvolvimento e está integrado na ONU (Organização das Nações Unidas). Onde, os dados dos índices a serem divulgados são expectativa de vida e mortalidade infantil, logo, quanto mais desenvolvido é o país, menor é sua taxa de mortalidade infantil e maior sua taxa de expectativa de vida, condições sanitárias e níveis de qualidade de educação no país.

Pode-se inferir daí que tanto a expectativa de vida quanto a mortalidade infantil relacionam-se com outros fatores econômicos e sociais, como a concentração de renda e o acesso da população a determinados bens e serviços. Dentre esses bens e serviços, a água potável e o tratamento sanitário relacionam-se diretamente com a saúde da população e, portanto, com a esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 266).

Os serviços de água potável e tratamento sanitário são de extrema importância para qualidade de vida da população onde se relacionam com a saúde da mesma. No entanto, observa-se que para haver uma qualidade de vida na vida dos beneficiados do programa minha casa minha vida, tem de se observar a qualidade da água e o tratamento sanitário no bairro das famílias beneficiadas.

Dentre esses indicadores, alguns se destacam por sua capacidade de expressar a qualidade da educação e o acesso da população a ela, quais sejam, o índice de analfabetismo e as taxas de matrícula. Evidentemente, e de se esperar que, quanto melhores e mais disponíveis forem os serviços de educação, menores sejam os índices de analfabetismo e maior seja o número de matrículas no ensino primário e secundário como proporção das faixas etárias relevantes para eles (no caso, entre 6 e 10 anos, e entre 11 e 18 anos, respectivamente).(PAULANI; BRAGA, 2007, p. 269)

Além da mortalidade infantil e a expectativa de vida, outro índice importante para medir o desenvolvimento é a qualidade da educação. A qualidade de educação tem seus índices, dentre eles estão as taxa de analfabetismo e as taxas de matrículas. Quanto mais acesso às escolas, a população tem maior o número de matrículas e menor à taxa de analfabetismo. No entanto, assim como a quantidade de escolas é importante, também a qualidade de ensino é importante.

Há outros indicadores sociais, especialmente os relacionados com a educação, como taxa de alfabetização ou a qualidade média de anos na escola, que permite examinar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho da população do país (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2011, p. 61).

Além de examinar as taxas de alfabetização e números de matrículas, deve-se abordar também educação referente à qualificação das pessoas, que as mesmas estejam preparadas e qualificadas para uma oportunidade no mercado de trabalho, onde se pode contribuir para a diminuição do desemprego.

O IDH índice desenvolvido pelo PNUD é um índice que varia de 0 a 1, sendo que quando mais perto de 1, mais desenvolvido é o país. Três indicadores são fundamentais. (i) um indicador de renda, (ii) um indicador que procura captar a saúde da população. (iii) um indicador que retrate as condições de educação da população (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2011, p. 66).

O IDH é um índice que calcula o desenvolvimento de um país e adota um método para indicar o nível de desenvolvimento, que é de 0 a 1. Onde se faz necessidades de cálculos de indicadores essenciais, como educação onde se irá medir a taxa de alfabetização e taxa de matrículas nas escolas, saúde, onde será medido taxa de mortalidade e expectativa de vida da população ao nascer e a longevidade de vida, e o indicador de renda baseado na divisão do produto interno do país.

**Tabela 1 – Ranking IDH Global 2013.**

Alto Desenvolvimento Humano					
50	Uruguai	0,79	68	Costa Rica	0,763
51	Bahamas	0,789	69	Turquia	0,759
51	Montenegro	0,789	70	Cazaquistão	0,757
53	Belarus	0,786	71	México	0,756
54	Romênia	0,785	71	Seicheles	0,756
55	Líbia	0,784	73	São Cristóvão e Nevis	0,75
56	Omã	0,783	73	Sri Lanka	0,75
57	Federação Russa	0,778	75	Irã	0,749
58	Bulgária	0,777	76	Azerbaijão	0,747
59	Barbados	0,776	77	Jordânia	0,745
60	Palau	0,775	77	Sérvia	0,745
61	Antígua e Barbuda	0,774	79	Brasil	0,744
62	Malásia	0,773	79	Geórgia	0,744
63	Maurício	0,771	79	Granada	0,744
64	Trinidade e Tobago	0,766	82	Peru	0,737
65	Líbano	0,765	83	Ucrânia	0,734

65	Panamá	0,765	84	Belize	0,732
67	Venezuela,	0,764			

**Fonte:** Pnud, Relatório de Desenvolvimento Humano 2014.

Na tabela 2, observam-se os índices de desenvolvimento humano de vários países onde o ranking de desenvolvimento humano apresentado pelo PNUD é dividido em quatro partes como muito alto desenvolvimento humano, alto desenvolvimento humano, médio desenvolvimento humano e baixo desenvolvimento humano. Assim, observa-se na tabela 2 que o Brasil se encontra na parte de alto desenvolvimento humano, na posição 79 da tabela 2, com um índice de 0,744.

### 2.2.2 Desigualdade Social

A desigualdade social é muito encontrada nos países subdesenvolvidos, onde a falta de investimentos em vários fatores como educação, saúde e também a má distribuição de renda, são os principais causadores dessa desigualdade.

Uma das principais consequências da desigualdade social em um país é a pobreza, pois esse mal é o principal índice para barrar o desenvolvimento.

Atacar diretamente a pobreza deve ser o objetivo de toda ajuda para o desenvolvimento, que deve ser considerada uma questão de direitos humanos, e não uma questão de crescimento do PNB, que considera que, se uma economia nacional melhora, os pobres se beneficiaram disso (YUNUS, 2004, p. 33).

Atacar diretamente a pobreza implica em reduzir as desigualdades ocasionadas por esse mal. O crescimento de um país deve ser acompanhado de redução das desigualdades para haver um desenvolvimento em real potencial, onde a redução da pobreza contribuirá para redução das desigualdades.

Uma das medidas para combater o mau da desigualdade é impor as leis que estão formuladas na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, que afirma:

[...] “toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a saúde, seu bem-estar e o de sua família, sobre tudo para alimentação, o vestuário, moradia, os cuidados médicos, assim como os serviços sociais necessários; tem direito a segurança em caso de desemprego, de doença, de invalidez, de viúves, de velhice ou nos outros casos de perda dos meios de subsistência em consequência de circunstâncias alheias à sua vontade.” (YUNUS, 2004, p. 22).

A declaração Universal dos Direitos dos homens vem trazer o reconhecimento das dignidades de todas as famílias, incluindo as famílias pobres, assim trazendo os direitos iguais a todas as famílias. Onde o Estado vem assegurar a aplicação desses direitos para a sociedade. No entanto, a não aplicação desses direitos também vem resultar em desigualdade, onde os principais alvos da falta desses direitos são as famílias pobres.

A pobreza é o principal fator para pessoas sem renda ou emprego virarem mendigos. Yunus (2004) afirma que, a mendicância priva o homem de sua dignidade, dispensando de prover as suas necessidades, ela o incita a passividade. Uma das principais desigualdades no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda.

Como foi dito anteriormente, deve-se também levar em consideração a distribuição de renda na análise do desenvolvimento de um país; ou seja, a forma pela qual os frutos do crescimento são partilhados pela população (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2011, p. 68).

A distribuição de renda é um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico, no entanto, havendo uma má distribuição na renda, não se haverá desenvolvimento, e, assim gerará uma desigualdade na distribuição e essa renda ficará concentrada na mão de poucos. Com um crescimento econômico concentrado, a maior parte da população não será beneficiada.

Nesse sentido, uma primeira aproximação para se qualificar o grau de desenvolvimento de um país é a utilização do conceito de produto per capita, que nada mais é do que a produção do país dividida pelo número de habitantes deste país (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2011, p. 59).

Observa-se na citação acima que para se medir o grau de desenvolvimento de um país é necessário não apenas ter um crescimento no produto agregado do país, mas também um aumento no produto per capita do país, que é a divisão PIB com o número de habitantes de um país.

Uma avaliação de *como a renda é distribuída* na economia pode ser realizada a partir do **índice de Gini**. Esse índice varia de zero a um, ou de zero a cem. Quanto mais próximo de um, ou de cem, pior a concentração da renda (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 262).

O índice de Gini é uma maneira de avaliar o processo de distribuição de renda no país. Esse processo varia de 0 a 1, ou 0 a 100, assim, quanto mais próximos de 1 ou 100, pior a distribuição de renda em um país. Logo, um país pode ter um PIB em crescimento ou grande,

no entanto, se essa renda adquirida do PIB não for bem distribuída, não haverá um desenvolvimento de renda para o país.

O Brasil sempre foi um país de enormes desigualdades, nascidas do papel que historicamente desempenhamos no próprio capitalismo, da natureza do processo de colonização e de uma série de outras variáveis de cunho cultural, cuja investigação mais aprofundada foge do escopo deste livro (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 262).

A má distribuição de renda sempre foi um mal que atingiu o Brasil, logo essa desigualdade de renda vem desde o processo colonial, onde a exploração das terras estava nas mãos de poucos e o processo de utilização da mão-de-obra era escravista.

Essa piora na distribuição de renda de certa forma também era funcional, pois argumentava-se que a concentração da renda nas camadas mais ricas da sociedade permitia aumento da poupança do país (dados que os ricos poupam mais que os pobres e dos investimentos, sustentando assim o crescimento econômico que beneficiava a todos, já que o rendimento de todos cresciam. Essa seria a essência da chamada teoria do Bolo (crescer, para depois distribuir) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2011, p. 75).

Essa teoria chamada teoria do bolo se deu com o chamado milagre econômico na década de 70, onde se afirmava que com o crescimento da produção, que é PIB do país, haveria uma maior distribuição de renda para população. Assim, havendo um crescimento, também haveria um crescimento na poupança e também nos investimentos. No entanto, pelo mau desempenho do Brasil em relação à distribuição de renda, após essas mediadas se observou que essa teoria não funcionou.

Tabela 2 – índice de Gini para Países selecionados.

Ranking Gini	Ranking IDH	País	Ano de inquérito	índice de Gini	Parcela de rendimento ou consumo nas mãos dos 20% mais pobres	Parcela de rendimento ou consumo nas mãos dos 20% mais ricos
73 °	8°	Estados Unidos	2000	40,8	5,4	45,8
88°	159°	Nigeria	2003	43,7	5	49,2
89°	72°	Venezuela	2000	44,1	4,7	49,3
92°	81°	China	2001	44,7	4,7	50
93°	43°	Uruguai	2003	44,9	5	50,5
99°	53°	Mexico	2002	49,5	4,3	55,1
109°	36°	Argentina	2003	52,8	3,2	56,8
112°	118°	Guatemala	2002	55,1	2,9	59,5
114°	38°	Chile	2000	57,1	3,3	62,2
115°	91°	Paraguai	2002	57,8	2,2	61,3
<b>117°</b>	<b>69°</b>	<b>Brasil</b>	<b>2003</b>	<b>58</b>	<b>2,6</b>	<b>62,1</b>
123°	176°	Serra Leoa	1989	62,9	1,1	63,4
124°	131°	Botswana	1993	63	2,2	70,3
125°	149°	Lesoto	1995	63,2	1,5	66,5
126°	125°	Namíbia	1993	74,3	1,4	78,7

Fonte: PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2006.

Na tabela 3, se observa que o Brasil nesse período apresentou uma alta concentração de renda, ficando na 117ª posição no ranking de Gini, com um índice de 62,1. Observa-se que países da América Latina como Venezuela, Uruguai, México e Paraguai ficaram em posições mais favoráveis que o Brasil, assim apresentando uma distribuição de renda mais favorável à população que o Brasil.

### **3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À HABITAÇÃO**

Apesar de a habitação ser considerada uma necessidade do indivíduo, não significa que o governo deve proporcionar uma moradia para todos os indivíduos. No entanto, a questão é de como o governo deve fazer para auxiliar os indivíduos a terem suas moradias e então exercer esses direitos, não somente o acesso à moradia, mas também acesso à saúde, educação, infraestrutura, transporte de qualidade. Onde a inclusão de programas sociais para famílias de baixa renda também é um fator importante.

O BNH (Banco Nacional de Habitação) foi criado no período da ditadura militar e o seu principal objetivo era solucionar o déficit habitacional existente no país.

As principais razões para deslançar uma política habitacional, através da criação do BNH, eram a pesada migração rural-urbana e a contínua pressão inflacionária. O crescimento urbano tinha já sido deteriorado através da proliferação de habitações subumanas, formando um potencial político de revolta contra as autoridades, principalmente a política de Lacerda de ‘desfavelamento’. (...) Todavia, a crescente inflação estava já afetando a política de aluguéis e o setor da construção civil; ambos os fatores trabalhando para desestimular novos investimentos em habitação (SCHMIDT, 1983, p. 112).

A inflação e a migração de pessoas da zona rural para urbana foi a principal razão para a criação do BNH, cujo objetivo era responder a crise de moradias ocasionada pelo crescimento populacional nas áreas urbanas.

Entre 1950 e 2000, a população urbana brasileira vivendo em cidades com mais de 20 mil habitantes cresceu de 11 milhões para 125 milhões. No período de funcionamento do BNH (1964-86), foram financiadas cerca de 25% das novas moradias construídas no país, porcentagem relevante, mas totalmente insuficiente para enfrentar o desafio da urbanização brasileira (BONDUKI, 2007, p. 73).

Com o crescimento populacional entre 1950 a 2000, o BNH financiou cerca de 25% de novas moradias para solucionar a crise que estava acontecendo por parte desse crescimento populacional. Até 1967, a principal fonte de financiamento era o FGTS. Contudo, Caixa Econômica Federal tornou-se o principal agente financeiro do Sistema Financeiro Nacional após o fim do BNH.

Observando-se a falta de tradição do Brasil no planejamento e execução da política habitacional, foi elaborado o PlanHab (Plano Nacional de Habitação).

A noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 15).

Foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional e Habitação do Ministério das Cidades, pelo consultório do Consórcio Planhab, formada pelo instituto Vila Pública. Visa formular estratégias baseadas nas necessidades de moradias no país. Onde o objetivo do Plano Nacional de Habitação é universalizar o acesso às moradias dignas para todo cidadão brasileiro (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 09).

De qualquer maneira, a elaboração do PlanHab permitiu identificar as lacunas e organizar as informações existentes, indicando novos estudos necessários para implementar de maneira permanente o processo de planejamento habitacional no país (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 10).

Observamos uma carência habitacional no Brasil, pois o déficit habitacional vem aumentando em decorrência a demanda populacional. No entanto, visando às demandas futuras por habitação, foi necessário criar o Planhab, logo ela irá permitir identificar os possíveis problemas habitacionais e organizar as informações para solução dos possíveis problemas.

Neste sentido, é fundamental garantir que o foco do PlanHab, voltado para a criação das condições de acesso à moradia digna pela população de baixa renda (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 10).

O Planhab planejou uma serie de estratégias para facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda. Segundo a Secretaria de Nacional de Habitação (2009, p. 83), equacionar as necessidades habitacionais no Brasil exige a formulação de estratégias para romper barreiras que impedem o processo de produção de moradias. Como, por exemplo, superar a incompatibilidade entre custo e a capacidade de pagamentos entre as famílias de baixa renda, não apenas viabilizando moradias de qualidade, mas também um acesso à infraestrutura de qualidade para essas famílias.

A questão habitacional é complexa, então foram criados esforços em várias direções para o possível sucesso do plano. Então foram gerados quatro eixos que precisam ser solucionados. Que são eles financiamento e subsídio, arranjos institucionais, estratégias urbanas e fundiárias, cadeia produtiva da construção civil (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 83).

Em função da nova conjuntura macroeconômica, o Governo Federal adotou medidas anticíclicas, que tiveram por objetivo mitigar os efeitos da crise econômica que impactaram os vários setores da economia nacional. No setor habitacional, as medidas foram estruturadas no Programa, Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em março de 2009, contendo uma série de incentivos para a produção habitacional, visando promover a geração de empregos e o crescimento econômico. (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 83)

O programa do governo federal Minha Casa Minha Vida é no presente momento uma efetivação do Planhab, onde além de o programa Minha Casa Minha Vida ser um programa voltado à facilidade de acesso a moradias e o combate ao déficit habitacional do país vem, de acordo com a citação acima, promover a geração de empregos e o crescimento econômico.

### **3.1 Déficit Habitacional Brasileiro**

O Brasil está com uma enorme deficiência de estoque de moradias. onde observa-se essa deficiência não apenas na falta de moradia para a população, mas também em moradias inadequadas, onde interfere no bem estar das famílias que as utilizam.

A insuficiência de habitações no Brasil, sobremaneira para as camadas mais pobres da população, deve ser vista com bastante atenção, já que a habitação é não mais que uma necessidade e serve como medida para a mensuração do desenvolvimento econômico e social de uma nação. Entende-se por déficit habitacional “a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 15).

A moradia além de ser uma necessidade básica também é uma mensuração do desenvolvimento econômico e social, onde sua insuficiência deve ser vista como preocupação e com bastante atenção, onde os mais afetados são as camadas mais pobres da sociedade.

O conceito de déficit habitacional está ligado às deficiências do estoque de moradias. Inclui aquelas moradias sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste em sua estrutura física. Inclui também a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda que não possuem condições de arcar com o pagamento de um aluguel e aos que vivem em imóveis alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nesta rubrica a moradia em imóveis não residenciais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 7).

Moradias sem condições de serem habitadas, coabitação familiar forçada, famílias que vivem de aluguel por não possuir uma moradia e moradias rubricas e moradias em imóveis não residenciais são características que conceitua o déficit habitacional.

Dentro do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em um certo momento. O conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores que não se relacionam ao dimensionamento do estoque de habitações, e sim a especificidades internas desse estoque (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 7).

O déficit habitacional tem um conceito diferente de inadequação de domicílio, onde o déficit habitacional vem dar uma relevância à noção mais imediata de novas construções de moradias, onde pessoas deixam de adquirir essas moradias por vários fatores como, principalmente, a falta de capacidade financeira por parte dessas pessoas que estão interessadas em adquirir suas moradias. Inadequação de domicílio está baseada na qualidade de vida dos moradores que vivem em locais de péssima infraestrutura.

Ao buscar uma definição de déficit, Prado e Pelin (1993) *apud* Melo (2007), usam a noção contrária de uma moradia adequada, ou seja, o que uma moradia não deve ser. Portanto, uma moradia adequada não deve ser desprovida de redes de esgoto, água, não pode ser improvisada, como meras salas, prédios em construção, pontes e viadutos, não deve ser uma moradia precária, casas cobertas de palha ou sapê, meros quartos ou cômodos. Finalmente, uma moradia adequada deve ser habitada por apenas uma família.

Uma moradia para ser adequada, tem de ter todo um parâmetro, como acesso a rede de esgoto, água e apenas uma família venha habitar. Contudo, a moradia adequada para habitação deve ser bem planejada para assim proporcionar conforto para os moradores.

Na tabela 3, retratará o déficit habitacional por região no ano de 2006 onde se observa os subtotais de cada região no setor urbano e setor rural e suas supostas porcentagens em cada setor.

**Tabela 3** – Déficit habitacional 2006, por regiões.

Tipologia de municípios	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		TOTAL		
		%		%		%		%		%		%	
URBANO	A	0	-	0	-	1.141.323	38,9	0	-	0	-	1.141.323	14,4
	B	0	-	0	-	448.530	15,3	250.351	26,6	158.050	29,2	856.931	10,8
	C	43.524	5,2	582.746	21,7	0	-	0	-	0	-	626.270	7,9
	D	0	-	0	-	425.073	14,5	232.586	24,7	159.122	29,4	816.782	10,3
	E	175.120	21,1	345.027	12,9	24.459	0,8	0	-	0	-	544.606	6,9
	F	1.296	0,2	0	-	247.835	8,4	57.606	6,1	20.975	3,9	327.712	4,1
	G	86.590	10,4	74.261	2,8	119.831	4,1	83.016	8,8	37.881	7,0	401.581	5,1
	H	87.583	10,5	263.423	9,8	27.610	0,9	0	-	7.708	1,4	386.324	4,9
	I	3.739	0,4	6.133	0,2	166.748	5,7	88.946	9,4	23.304	4,3	288.870	3,6
	J	86.734	10,4	208.219	7,8	153.706	5,2	73.633	7,8	43.495	8,0	565.786	7,1
	K	138.651	16,7	366.028	13,6	48.889	1,7	23.388	2,5	33.891	6,3	610.846	7,7
SUBTOTAL URBANO		623.236	74,93	1.845.837	68,76	2.804.004	95,53	809.527	85,88	484.426	89,62	6.567.030	82,76
SUBTOTAL RURAL		208.467	25,07	838.699	31,24	131.262	4,47	133.141	14,12	56.120	10,38	1.367.689	17,24
TOTAL		831.703	100,00	2.684.536	100,00	2.935.266	100,00	942.668	100,00	540.546	100,00	7.934.719	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia a partir de dados da FJP, 2006.

A maior parte deste déficit é urbana, com aproximadamente 6,6 milhões de domicílios, com 82,76% do déficit habitacional do Brasil, onde a grande consequência desses enormes déficits está nos fluxos migratórios de pessoas da área rural para a urbana. Observa-se na tabela que a região que apresenta o maior índice de déficit é a região sudeste, com aproximadamente 2,9 milhões de domicílios, com um índice de 42,70% na área urbana. No entanto, o Nordeste vem apresentando um índice de 28,10%, com aproximadamente 1,8 milhões de domicílios na área urbana, assim ficando em segundo no país, conforme a tabela acima.

**Tabela 4** – Déficit habitacional, por faixa de renda.

Tipologias de Municípios	Faixas de Renda (em R\$)								TOTAL 2006	
	até 600		600 a 1.200		1.200 a 2.000		mais de 2.000			
URBANO	A	631.765	55%	402.107	35%	65.231	6%	42.219	4%	1.141.323
	B	500.646	58%	269.055	31%	54.512	6%	32.718	4%	856.931
	C	500.372	80%	100.551	16%	14.530	2%	10.817	2%	626.270
	D	467.926	57%	261.660	32%	54.918	7%	32.277	4%	816.782
	E	425.783	78%	89.836	16%	16.810	3%	12.177	2%	544.606
	F	179.815	55%	113.236	35%	22.092	7%	12.569	4%	327.712
	G	264.775	66%	103.248	26%	20.748	5%	12.810	3%	401.581
	H	298.052	77%	68.406	18%	11.465	3%	8.400	2%	386.324
	I	161.716	56%	95.592	33%	20.338	7%	11.224	4%	288.870
	J	396.785	70%	129.343	23%	24.492	4%	15.166	3%	565.786
	K	459.838	75%	115.562	19%	20.579	3%	14.868	2%	610.846
SUBTOTAL URBANO		4.287.472	65%	1.748.598	27%	325.715	5%	205.245	3%	6.567.030
SUBTOTAL RURAL		1.014.303	74%	269.218	20%	50.076	4%	34.091	2%	1.367.689
TOTAL									7.934.719	

Fonte: Fundação João Pinheiro, Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia a partir de dados da FJP, 2006.

Na tabela 4 acima, de acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (2006), percebe-se que o maior índice de déficit habitacional está na faixa de renda de até 600 reais, aproximadamente 4,30 milhões de domicílios em um índice de 65% nas áreas urbanas e onde estão concentradas as famílias de baixa renda. Então, as pessoas de baixa renda são as que mais têm dificuldades de adquirir suas moradias. Logo então foram criados programas como o Minha Casa Minha Vida para beneficiar essas pessoas que não têm capacidade financeira de adquirir sua moradia.

### 3.1.1 Conceito de Déficit Adotado no Brasil

O déficit por reposição vem por meio de moradias que apresenta desconforto para seus moradores e sua estrutura é de forma rústica.

O déficit habitacional propriamente dito, mais comumente utilizado na formulação de políticas habitacionais que abrange o incremento e a reposição do estoque de habitações, como definido anteriormente; (CAIXA, 2012, p. 21).

Existem conceitos e características sobre o déficit habitacional que são dois os principais a serem destacados, como o déficit por reposição de estoque e por incremento de estoque.

O déficit por reposição refere-se a moradias de forma rústica, acrescidas com parcelas de deudas de depreciação, ou seja, um limite para a vida útil de todo imóvel. Domicílios rústicos não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, assim possibilitando um desconforto e contaminação de doenças, assim devendo ser repostos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p.7).

Déficit por incremento de estoque são as moradias improvisadas onde são dois tipos de domicílios: alugados, que são os que possuem grandes quantidades de moradores e as habitações onde vivem mais de uma família.

Contempla os domicílios improvisados e coabitação familiar. O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais destinados a fins não residenciais que sirvam de moradia, o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares. A componente coabitação familiar compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos cedidos ou alugados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 08).

Observa-se que os domicílios improvisados são locais ou imóveis sem fim residenciais, ou seja, uma moradia improvisada. No entanto, a componente coabitação compreende uma soma de famílias secundárias ou inquilinos que convivem junto a outra família em uma mesma moradia ou quem vivem em cômodos cedidos ou alugados. Assim temos o conceito de déficit por incremento de estoque.

Contudo, os domicílios com inadequação apresentam necessidade de construção de novas unidades. Pelo conceito adotado de moradias inadequadas, são identificadas somente aquelas localizadas em áreas urbanas. Não são contempladas as áreas rurais que apresentam formas diferenciadas de adequação não captadas pelos dados utilizados. Tomou-se o cuidado de excluir do estoque a serem analisados, os domicílios inseridos em alguma das categorias do

déficit habitacional. Ao contrário desse, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos, e, portanto, não podem ser somados sob-risco de múltipla contagem (uma mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 08).

Inadequação de domicílio são domicílios que não apresentam condições de moradias onde são localizados em meio a uma péssima infraestrutura.

Os domicílios com carência de infra-estrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva são classificados como inadequados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 08).

Então, percebe-se que quando a uma carência de infraestrutura em uma localidade onde se habitam famílias em uma mesma moradia, temos então uma inadequação de domicílios, onde há três elementos básicos para uma infraestrutura, que são energia elétrica, rede de esgoto ou fossa séptica, rede de abastecimento de água com canalização interna e coleta de lixo.

#### **4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Baseada no déficit habitacional, onde os principais causadores são as famílias de baixa renda que não conseguem comprar suas casas, foi lançado em 2009 o programa Minha Casa Minha Vida, que está inserido em um projeto mais amplo o PAC (Plano de Aceleração de Crescimento).

Ele foi criado a partir da publicação da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações. Essa Lei dispõe sobre as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao Poder Executivo a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU (MANUAL, 2011, p. 07).

O Programa foi criado em 07 de julho de 2009 a partir da publicação da Lei nº 11.977, e através dessa Lei dispões todas as regras voltadas para o Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades tem como objetivo atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade (MANUAL, 2011, p. 06).

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades foi criado em 2009 com o intuito de beneficiar famílias de baixa renda, que na fase 2, procurou reforçar as contratações de moradias para as pessoas que se enquadrem na faixa de renda de até 1600 reais nas áreas urbanas, assim garantindo um acesso a moradias dignas por parte das famílias beneficiadas. O processo de organização ao acesso a moradia em Imperatriz se deu pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

Entre as medidas anticíclicas adotadas para o setor, a principal foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado pelo Governo Brasileiro, em março de 2009. O objetivo principal do Programa é criar um ambiente econômico confiável que estimule o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, bem como a geração de emprego (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 15).

Essas medidas anticíclicas está relacionada à criação de mais empregos voltados na área da construção civil, onde o programa MCMV (Minha Casa Minha Vida) vem trazendo investimentos para esse setor. Outra das medidas adotadas pelo programa é a inclusão social por parte do acesso à moradia para pessoas de baixa renda.

#### 4.1 Objetivos e Benefícios de Até Três Salários Mínimos

O Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida tem por objetivo reduzir o déficit habitacional por meio de incentivos da compra de moradias para famílias de até dez salários mínimos, assim tornando acessível à moradia para as famílias, com os requisitos propostos pelo programa. Assim também oferecendo uma melhor qualidade de vida para as famílias beneficiadas. Esse programa, inicialmente, teve uma meta de um milhão de moradias habitacionais.

O Programa Minha Casa Minha Vida tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, que residam em qualquer município brasileiro (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 22).

Um dos objetivos do programa é o incentivo à produção de moradias, assim favorecendo o crescimento no setor da construção civil, e facilitar a aquisição de casas para famílias de até 10 salários, possibilitando as famílias a terem um maior conforto com parcelas acessíveis a sua renda.

Contudo, serão observadas as alterações na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa minha casa minha vida cujas rendas chegam até três salários mínimos; os requisitos necessários para obter a moradia e as condições que o bairro onde as moradias foram instaladas oferece a seus moradores.

Para famílias com até três salários mínimos, foram de início atendidas com 400 mil moradias e outras 400 mil para famílias com renda até seis salários mínimos e 200 mil para famílias de seis a dez salários mínimos. Para as famílias com renda de até três salários mínimos, haverá uma contribuição mensal dos beneficiados de 10% da renda, sendo o mínimo do parcelamento de 50 reais por 10 anos, sem entrada e sem pagamento durante a obra. Os beneficiados com até três salários mínimos ficaram isentos de seguros habitacionais e os recursos do FGTS poderão ser utilizados como entrada ou amortização das parcelas. (MDS, 2010, p. 22).

Os requisitos para os empreendimentos em municípios com população superior a 300 mil habitantes ou capitais estaduais e municípios inseridos em regiões metropolitanas, serão fornecidas 200 unidades habitacionais por empreendimento. Municípios com população entre 50.001 a 300.000 habitantes serão fornecidas 150 unidades habitacionais por empreendimento se concentrada ou 50 unidades habitacionais se dispersas. E municípios com população

inferior a 20.001 habitantes, serão fornecidas 50 unidades habitacionais por empreendimento se concentradas ou 25 unidades habitacionais se dispersas.

Contudo, existem linhas de financiamento para as três faixas de renda, que são de até três salários mínimos; de três a seis salários mínimos e de seis a dez salários mínimos, no entanto, a faixa de até três salários mínimos é que irá ser o objetivo de análise, segundo a linha de financiamento.

As exigências feitas e benefícios proporcionados para as famílias que recebem renda mensal de até três salários mínimos são as seguintes: valor mínimo das parcelas para a construção ou compra de casas novas ou usadas é de R\$ 50,00. Cada parcela não poderá comprometer mais de 10% da renda da família por 10 anos, o comprador é isento do pagamento do seguro habitacional, o que acaba por desonerar o valor das parcelas; isenção dos custos com cartório para registro do imóvel; a compra do imóvel pode ser feita sem o pagamento de uma entrada; os recursos do FGTS podem ser utilizados como entrada ou na amortização do saldo devedor; a análise dos projetos é de responsabilidade direta da CEF; a liberação do financiamento habitacional dá-se com maior agilidade, caso o imóvel seja registrado em nome da mulher da família (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Para as famílias de até três salários mínimos não precisa de entrada para a aquisição da moradia, mas o FGTS pode ser utilizado como entrada ou amortização do saldo devedor. Outro benefício é a isenção do seguro habitacional e as taxas no cartório para registro legal.

O programa FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) destina-se a construção dos empreendimentos, onde as construtoras estarão em parceira com entidades sem fins lucrativos para apresentarem projetos para CEF.



**Figura 1-** Esquema do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

Fonte: Ministério das Cidades, 2010.

As construtoras apresentam os projetos para a Caixa Econômica Federal (CEF) em parceria com entidades sem fins lucrativos ou poder público, em contrapartida, os municípios fazem os cadastramentos das famílias. A CEF analisa os projetos e envia para o Ministério das Cidades, que seleciona e repassa para CEF. Logo a CEF contrata a construtora a qual teve o projeto selecionado, a construtora recebe recursos para a execução das obras, onde a CEF irá acompanhar as construções. O município seleciona as famílias de acordo com os critérios estabelecidos e convoca o representante familiar para apresentação dos documentos e por fim, a entrega dos empreendimentos.

Existem parâmetros de priorização, condições e procedimentos para a seleção dos beneficiados, que são famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas deficientes (MANUAL, 2011, p.12).

Também, deve-se reservar no mínimo 3% das residências para idosos, logo se percebe também uma preocupação por parte do programa com famílias que estão em condições de risco e que tenham deficientes em casa.

O prazo de carência é de 24 meses, ou seja, os beneficiários começam a pagar as prestações de amortização somente após a conclusão das obras; Não há taxas de juros e não há cobrança de seguro de Morte ou Invalidez Permanente – MIP e Danos Físicos ao Imóvel – DFI; No caso de MIP, a dívida remanescente será liquidada ou amortizada pelo FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) a título de subsídio, observando-se o percentual de renda pactuado por cada coobrigado. No caso de DFI, as despesas de recuperação serão assumidas pelo FDS, sem exigência de pagamento pelo devedor, limitada ao valor da operação atualizado (MANUAL, 2011, p. 36).

Os beneficiários começam a pagar as prestações somente após a conclusão das obras, caso aconteça a morte ou invalidez permanente do beneficiário, a dívida será liquidada ou amortizada, onde também o FDS assume as despesas caso ocorra danos físicos do imóvel. Também O FDS assume a diferença entre o valor bruto e o valor líquido da prestação.

De forma bastante simplificada, temos que a “Fase 2” do MCMV, buscou reforçar a contratação de unidades habitacionais voltadas para a os interessados que se enquadrem na faixa de até R\$ 1,6 mil (DORVAL; BATISTA, 2012, p. 68).

Logo, observa-se que na fase 2 do Programa Minha Casa Minha Vida para baixa renda estará voltada para famílias com renda mensal de até mil e seiscentos reais, e também onde a maior parte das contratações estarão voltadas.

## **5 HISTORICIDADE DE IMPERATRIZ**

Imperatriz foi fundada em 1852, atualmente é o segundo maior município do Estado do Maranhão, localiza-se no oeste do estado e sua extensão corresponde a uma área total de 1.367,90 km<sup>2</sup> do estado, tendo por cidades vizinhas os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão e com o Estado do Tocantins.

Da enorme extensão de terras conquistada aos timbiras e ocupada a partir de 1850, passou a pertencer à Vila de Santa Teresa da Imperatriz mais de 50.000 quilômetros quadrados – área que comporta atualmente quase vinte municípios –, um vasto território que se estendia a oeste até a divisa com o Pará, tanto pelo rio Pindaré quanto pelo Tocantins, até sua confluência com o Araguaia, onde existia, desde o final do século XVIII, o único ponto habitado dessas paragens, o presídio de São João do Araguaia (FRANKLIN, 2008, p. 20).

Seu surgimento se deu início nos fins do século XVI e início do século XVI, pelo então, Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, Capelão da expedição, que sai do porto de Belém em 26 de junho de 1849. Inicialmente chamada de Colônia Militar Santa Tereza do Tocantins e que mais tarde seria chamada de Vila de Imperatriz. A partir do ano de 1850, foi conquistado cerca de 50.000 mil quilômetros quadrados, no entanto, com o passar do tempo a cidade foi se desmembrando, sendo a primeira cidade desmembrada foi Montes Altos, no ano de 1955.

A povoação começa a crescer. O pátio da Igreja já não é suficiente para acomodá-las. Começam então a construir suas casas tanto na parte norte da matriz, como e principalmente acompanhada a “estrada real”, que dava a saída para o sertão. Não lhe alteraram o percurso e como resultado está aí a histórica rua “Quinze de Novembro”, delineada em belas curvas que lhe graça e autenticidade (BARROS, 1996, p. 28).

Observa-se pela citação que no início de sua fundação, Imperatriz era uma povoação com uma população pequena, onde era cercada por índios e tinha uma economia baseada na agricultura, que no decorrer do processo de crescimento, outras atividades econômicas vieram a se desenvolver como, por exemplo, a criação de gado.

Imperatriz era um município isolado do estado e do país até os primeiros cinquenta anos do século XX, onde o principal meio de comunicação e trajeto era o rio Tocantins, e o comércio com as demais regiões do estado eram praticamente nulos. Inicialmente o comércio com Grajaú limitava-se à venda de produtos de coleta extrativista, pelas silvestres e compra de sal, depois venda de couros e gados (FRANKLIN, 2008, p. 55-56).

O comércio do município de Imperatriz era bastante prejudicado no início do século XX por causa do seu isolamento entre as demais regiões do estado. O único meio de comunicação e transporte nesse período com a capital, São Luís, era fluvial, pois não havia estradas para fazer ligação de Imperatriz e a capital nessa época.

Carolina era o município ao sul do Maranhão, onde se concentrava o comércio e a indústria, no entanto, em 1953, através do prefeito de Imperatriz, Simplício Moreira, foi criada com recursos do governo federal uma estrada que ligava Imperatriz a Grajaú. Essa estrada trouxe como consequência crescimento populacional e econômico para Imperatriz, e assim saindo da condição de cidade mais isolada do Estado para a de quarta mais populosa, e em 1980 passa a ser a segunda cidade mais populosa do Maranhão com 220.095 habitantes. Em 1994 foram desmembrados 6 municípios, com exceção de Açailândia, que foi desmembrada em 1981, onde teve uma pequena influência no crescimento populacional de Imperatriz e em 2000 Imperatriz manteve-se com 230.566 habitantes, onde 94,08% residia na área urbana (FRANKLIN, 2008, p.159).

A estrada de ligação de Imperatriz com Grajaú trouxe grandes benefícios para a cidade de Imperatriz, onde a saída do isolamento do município foi o primeiro passo para seu crescimento. Assim, com crescimento populacional houve também um crescimento na habitação.

Basta reafirmar que ela foi um marco, o mais indelével, marco da história de Imperatriz, que era uma antes dela e outra inteiramente diferente depois de construção, tráfego e colonização (BARROS, 1996, p. 119).

O término da construção da Belém-Brasília foi em 1960, foi um projeto que visava a ligação entre o norte e a nova capital do país, Brasília. A ideia da criação de uma capital já era antiga e observada no século XIX. No entanto veio, a ser elaborado, pelo presidente Juscelino Kubitschek, e gerenciado pelo engenheiro Bernardo Sayão de Araújo. A criação da rodovia foi um marco para a cidade de Imperatriz.

A derrubada das matas virgens, em direção ao Pará, ocupava centenas de homens, distribuídos em vários pontos do pique demarcado. A cidade recebia diariamente dezenas de pessoas, de diversos pontos do país, na quase totalidade nordestinos.

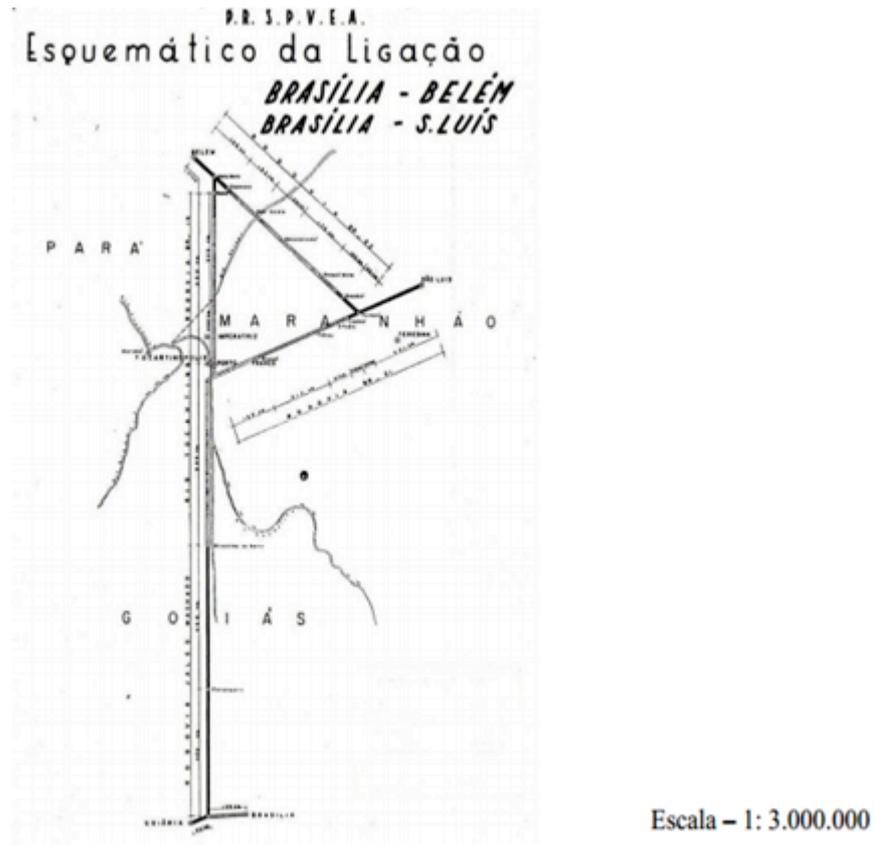
Muitos chegavam com a família. A cidade não possuía casas nem sequer alojamentos para abrigá-los. Alguns se acomodavam debaixo das mangueiras existentes na Rua 15 de Novembro (FRANKLIN, 2008, p. 116).

A Belém-Brasília também chamada de “rodovia de integração nacional”, mas também chamada de rodovia Bernardo Sayão, que vem a homenagear o grande engenheiro que estava a frente da obra e morreu em Açailândia, vítima de um tronco de árvore que caiu sobre sua cabeça durante as obras no local. A Belém-Brasília é fruto do plano de metas adotado por Juscelino Kubitschek em desenvolver o país em 50 anos em 5 de realizações. Em Imperatriz, por intermédio da obra, centenas de trabalhadores migraram para nossa região em buscar de trabalhar na empreitada da construção da cidade, a cidade não possuía casas e nem sequer alojamentos para abrigar a todos esses trabalhadores, onde se observa na citação acima que alguns trabalhadores se acomodavam debaixo de mangueiras existentes na Rua 15 de Novembro.

O prefeito Mundico Barros se viu então impelido a improvisar abrigos, mandar atender doentes, distribuir remédios, dar comida aos famintos e até a alocar terrenos para a construção de moradias. Não havia água potável; o rio Tocantins era o abastecedor de todos. A febre terçã e a desidratação matavam crianças às dezenas (BARROS, 1972).

Para minimizar essa deficiência de estoque habitacional ocasionado pela obra da rodovia, foi necessário o prefeito de Imperatriz, até então Mundico Barros, improvisar abrigos. Assim também como a demanda por abrigo aumentava também a demanda por remédios, comida e outros materiais crescia. Novas moradias foram criadas no decorrer da obra pelo fato do crescimento populacional que estava acontecendo (BARROS, 1972).

Com a Belém-Brasília criada, logo se deu, por consequência de um milagre, uma explosão demográfica, onde várias construções foram criadas a partir dessa grande obra, como pistas de acesso, o nascimento de povoados, as aglomerações humanas já iniciadas, surgimentos de investimentos empresariais como hotéis na beira da estrada, também houve criação de bordéis, cabarés. Grandes mudanças surgiam para imperatriz através da obra Belém-Brasília, vinha crescendo economicamente e populacionalmente (PEREIRA, 1997, p. 109-110).



**Figura 2-** Esquema representando o primeiro projeto de ligação rodoviária entre Belém e Brasília.

Fonte: SPVEA, 1958.

A figura 1 retrata o esquema de ligação Belém à Brasília, pois com a nova localização da capital brasileira seria necessário uma via que interligasse a capital com o norte do país e essa estrada veio a cortar o município de Imperatriz, assim trazendo grandes impactos socioeconômicos para o município. Assim, com a Belém-Brasília e as demais estradas construídas, houve uma crescente demanda populacional advinda de outras regiões.

### 5.1 Migração e Demografia

Com um crescimento e grande movimentação populacional, a cidade de Imperatriz se tornou um grande potencial consumidor, assim atraindo vários investimentos para a cidade, onde também o município serve de entreposto comercial entre vários municípios circunvizinhos no maranhão, norte do Tocantins e sul do Pará. Também pela diversidade comercial que veio surgindo através de vários fatores como localidade, investimentos, crescimento populacional entre outros, que influenciaram esse crescimento populacional e econômico.

A partir da década de 70, diversas empresas de Carolina, Grajaú, Tocantinópolis, Marabá e outras cidades, transferiram suas atividades para Imperatriz, reconhecidamente mais próspera e promissora. Também, empresas de outras partes do país começaram a abrir filiais na cidade, dinamizando e reforçando a oferta de bens e serviços nem sempre disponíveis na região (FRANKLIN, 2008, p. 169).

Observa-se que, uma década depois da construção da Belém-Brasília, Imperatriz vem recebendo diversos investimentos, assim criando novas oportunidades de emprego e gerando renda para cidade. Com a diversidade comercial, a necessidade de mão-de-obra aumenta, gerando uma migração de pessoas de outras regiões e povoados virem buscar emprego na cidade.

As outras regiões, na maioria delas, eram demarcadas por grandes propriedades privadas ou fazendas, não tendo lugar para abrigar imigrantes, já Imperatriz tinha uma larga faixa de terra não explorada, sem domínio ou posse, que correspondia todo o seu território a oeste compreendendo a margem do rio Tocantins (FRANKLIN, 2008, p. 170).

A criação da Belém-Brasília e da estrada até Grajaú, não foram por si só as responsáveis pelo boom populacional em Imperatriz nas últimas cinco décadas, pois o autor acima afirma que outras cidades foram favorecidas com a rodovia e não tiveram essas mesmas consequências. O que eventualmente influenciou para o crescimento da cidade nas última cinco décadas foram as suas riquezas naturais, em grande parte ainda devolutas, pessoas fugindo de outras terras por causas dos serviços que exerciam para os donos das terras e pelo fato de também pessoas vindas de regiões secas onde as terras eram ressequidas, esses fatores foram o que tornou Imperatriz uma cidade privilegiada, favorecendo a agricultura na região. Logo após se estabeleceram os criadores comprando terras na região.

A Belém-Brasília e as estradas intermunicipais geraram um ambiente favorável à migração, que com uma fácil acessibilidade do município de Imperatriz pessoas de várias regiões migram para Imperatriz. Os recursos naturais de Imperatriz foram o atrativo principal para o crescimento populacional, pois havia muitas terras ainda dissolutas, e com uma acessibilidade mais fácil por meio das construções das estradas, esse crescimento foi ainda mais acentuado.

O contingente populacional que movimenta as diversificadas atividades econômicas de Imperatriz formou um ativo e enorme mercado consumidor para os padrões regionais, alavancado ainda por aproximadamente 80 outras cidades dos estados do Maranhão, sul do Pará e norte do Tocantins, que comportam mais de um milhão de habitantes, para os quais o município serve como entreposto comercial e prestador de serviços técnicos e especializados (FRANKLIN, 2008, p. 169).

Com uma diversidade comercial que vinha surgindo, Imperatriz se torna um polo comercial, não só varejista, como também atacadista, assim comercializando seus produtos para fora da cidade. O crescimento urbano impôs a necessidade de novas moradias, assim fortalecendo o setor da construção civil. Com esse crescimento e dinâmica comercial, fez com que Imperatriz se tornasse uma das cidades preferidas para investimentos oriundos de fora da cidade.

Foi a proximidade das matas amazônicas, de boas terras para a cultura de arroz e pastagens destinadas à criação de gado, além da riquíssima cobertura vegetal, que atraiu para cá levas de aventureiros de todos os rincões do país (NOLETO, 2002, p. 112).

A vegetação dissoluta e com terras boas para cultivo foi fatores predominantes para migração de diversas pessoas para trabalhar com agricultura. A pastagem era agradável, atraindo assim olhares de fazendeiros de todo o país para as suas criações de gado. O extrativismo também foi fator predominante para migração na cidade de Imperatriz, onde se observa na citação acima com a rodovia, o comércio de madeira serrada ou em toras foi facilitado com o Sul do Brasil.

No início de século XX, a cidade de Imperatriz era, no entanto isolada do estado, mas com criações de estradas de acesso como, por exemplo, a estrada que deu acesso de Grajaú à Imperatriz, na década de 50 a 60, a cidade teve um acréscimo populacional de 278,5%, com o salto de 14.064 para 39.169 habitantes, conforme os censos demográficos do IBGE, e a população urbana nesse período, pulou de 1.399 para 4.144 (excluída a população suburbana), e a rural de 12.434 para 30.182 habitantes. Observa-se que houve a emancipação de Montes altos em 1955, com uma população de 8.817 habitantes em 1960 e a emancipação da cidade de João Lisboa, em 1961. Imperatriz fica com uma área de 13.353 km<sup>2</sup> e uma população de 80.827 habitantes no ano de 1970, segundo os registros do IBGE (FRANKLIN, 2008, p. 173).

Imperatriz teve seu maior crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80, passando a receber pessoas de todas as partes do Brasil, assim se tornando a segunda cidade mais populosa do Maranhão.

Foi entre 1970 e 1980 que o município de Imperatriz experimentou seu maior crescimento populacional, de 80.827 para 220.095 habitantes, acréscimo de 172%. Nessa década, recebeu 93.077 imigrantes, dos quais 60.025 (64,5%) são maranhenses, 7.077 goianos, 4.460 piauienses, 3.959 cearenses, 3.843 mineiros, 2.984 paraenses, 1.138 pernambucanos e 1.116 capixabas. Essa população representava a soma da dos municípios de Caxias e Codó, terceiro e quarto mais populosos do Estado, e à metade da população de São Luís, a capital, que contava com 449.432 habitantes (FRANKLIN, 2008, p. 174-175).

Em 1980, Imperatriz se tem seu maior crescimento populacional com 220.095 habitantes, no entanto, em 1981 há uma alteração pelo fato da emancipação de Açailândia. Na citação acima, observa-se que o maior número de imigrantes para Imperatriz foi do próprio estado do Maranhão com 60.025 imigrantes (64,5%). Onde o município chegou a ter a metade da população de São Luís.

Com a emancipação de Açailândia, em 1981, o município de Imperatriz ficou reduzido a metade, e em 1994, ficou mais reduzido ainda com a emancipação de Davinópolis, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. Com essas emancipações, no Censo de 2000, Imperatriz aparece com uma população total de 230.566 habitantes, uma redução de 16,6% em relação à contagem de 1991 quando tinha 276.502 habitantes (FRANKLIN, 2008, p. 175).

Com os desmembramentos dos territórios de Imperatriz, principalmente Açailândia, a população de Imperatriz reduziu bastante, mas apesar das reduções por partes dos desmembramentos, o município continuou recebendo pessoas de todas as partes do país, principalmente do próprio estado a qual está localizada.

**Tabela 5** – Avanço do crescimento populacional de Imperatriz

<b>ANO/CONDIÇÃO</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>RURAL</b>	12.434	30.182	46.013	108.390	66.470	11.893	13.000
<b>URBANA</b>	1.630	8.987	34.709	111.705	209.970	218.673	234.500
<b>TOTAL</b>	14.064	39.169	80.722	220.095	276.644	230.566	247.500

Fonte: IBGE (2010).

Na tabela 1 do IBGE (2010), observa-se o avanço populacional entre as décadas de 1950 a 2010. Observa-se também, na tabela que, pelo fato das principais atividades econômicas da cidade serem a agricultura e pecuária, os habitantes na área rural eram maiores nas décadas de 1950 a 1970, onde a área urbana passa a se sobressair nas décadas de 1980 a 2010, quando a atividade comercial no setor urbano de Imperatriz vem a crescer.

Imperatriz foi palco de grandes empreendimentos e em 1967, se instala em Imperatriz, com intuito de explorar as reservas naturais do município, a Companhia Industrial de

Desenvolvimento da Amazônia (Cida), oficialmente, atuaria na exploração, beneficiamento e exportação de madeira e instalação de uma fazenda de criação de gado no município de Imperatriz. Na década de 1960, foi descoberto jazidas minerais da serra dos Carajás, onde o conjunto de megaempreendimentos minero-metalúrgicos, agroflorestais e de infra-estrutura destinados a explorar e exportar as riquezas naturais da Amazônia Oriental. O Maranhão foi diretamente impactado, pois a ferrovia de Carajás foi projetada para o escoamento do minério de ferro desde a mina até o litoral maranhense, no Porto da Madeira, em São Luís, onde a ferrovia atravessa o território de Imperatriz, sendo Açailândia o ponto estratégico da ferrovia (FRANKLIN, 2008, p.182-185).

Diversos outros projetos foram criados para dar base ao Projeto Grande Carajás (PGC), logo então surgiram polos guseiros, madeireiros, agropecuários e florestais. No município de Imperatriz, estava prevista a instalação de empresas de metalurgia, produção agropecuária e madeireira.

Diante desta realidade apontada sobre a história de Imperatriz em relação a seu crescimento populacional, ainda hoje há uma tendência a esse crescimento onde políticas para a habitação são de suma importância para suprir a necessidade habitacional na cidade.

## **6 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM IMPERATRIZ – BAIRRO ITAMAR GUARÁ**

Imperatriz está em processo de crescimento econômico e também populacional, por consequência há uma necessidade de desenvolvimento nas condições de vida como, por exemplo, melhoria da educação, saúde, renda e também na habitação. A cidade está inserida em programas habitacionais, onde o principal programa federal em Imperatriz é o Programa Minha Casa Minha Vida, que veio para solucionar o problema do déficit habitacional, onde esse programa, além de minimizar o problema do déficit habitacional, vem também promover aumento no desenvolvimento social da cidade e das famílias beneficiados com o programa.

O Programa Minha Casa Minha Vida, é um Programa habitacional do Governo Federal desenvolvido em parceria com os Estados e Municípios. Em Imperatriz, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, o Programa tem como meta a construção de moradias para famílias que ganham até R\$ 1.600,00 com prestação que varia de R\$25,00 a R\$80,00, equivalente a 5% da renda familiar (IMPERATRIZ, 2014).

Nessa parceria cabe à essa Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES :

\* Inscrever e orientar as famílias interessadas.

- \*Realizar quando necessário, a inscrição das famílias, no CADÚNICO (Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal).
- \* Organizar e divulgar sorteios.
- \* Realizar entrevistas e manter os dossiês das famílias selecionadas.
- \* Apresentar à Caixa Econômica Federal a demanda identificada e qualificada de acordo com as exigências dos projetos.
- \* Apoio logístico à Equipe da Caixa Econômica Federal - Gihabsl- Ma na realização dos sorteios de endereços bem como na assinatura dos contratos.
- \* Elaborar e divulgar o Edital em consonância com as regras do Ministério das Cidades, aplicando ao Município.
- \* Apoiar e orientar o Projeto Técnico Social nos residenciais nos 9 (nove) primeiros meses de ocupação pelas famílias contempladas.

Vale ressaltar que a nossa realidade hoje em Imperatriz é de: Mil famílias já habitadas nos Residenciais, Itamar Guará I e Itamar Guará II. Em andamento a construção dos Residenciais, Teotônio Vilela I, Teotônio Vilela II, Canto da Serra e Sebastião Régis. Ao todo, beneficiarão cinco mil e novecentos e vinte famílias, a Secretaria de Desenvolvimento Social encontra-se no momento em formalização dos dossiês das famílias contempladas para esses residenciais (IMPERATRIZ, 2014).

Segue abaixo, a tabela do Déficit Habitacional para o município de Imperatriz no ano de 2000.

**Tabela 6 – Déficit habitacional de Imperatriz – 2000**

<b>Área</b>	<b>Absoluto</b>	<b>% do total dos domicílios</b>
Urbana	10.431	20,20%
Rural	1.631	60,50%
Total	12.062	22,20%

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Na tabela 6, observa-se O déficit habitacional de Imperatriz no ano de 2000, onde na área urbana, foi observado um absoluto de 10.431 domicílios e na área rural 1.631 domicílios.

**Tabela 7 – Empreendimento Itamar Guará- 2010**

<b>Nome Empreendimento</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Unidades</b>	<b>Valor</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Faixa 1</b>	<b>% OBRA</b>
----------------------------	-----------	------------------	-----------------	--------------	-------------------	----------------	---------------

RES ITAMAR GUARA I	MA	IMPERATRIZ	500	R\$ 18.416.295,77	FAR Alienação	Faixa 1	100
RES ITAMAR GUARA2	MA	IMPERATRIZ	500	R\$ 18.436.591,98	FAR Alienação	Faixa 1	100

Fonte: Caixa, 2014.

Na tabela 7, observa-se o nome do empreendimento Itamar Guará, que foi dividido em dois. No residencial Itamar Guará I, foram construídas e entregues 500 casas cujo valor do empreendimento foi de 18.416.295,77 reais, e no Itamar Guará 2, também foram construídas e entregues 500 casas cujo valor foi de 18.436.591,98 reais.

Para famílias com até três salários mínimos, foram de início atendidas com 400 mil mordias e outras 400 mil para famílias com renda até seis salários mínimos, e 200 mil para famílias de seis a dez salários mínimos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 22).

Dessas 400 mil casas, mil casas foram destinadas ao bairro Itamar Guará, onde são destinados 10% da renda bruta familiar para o valor das parcelas, sendo o mínimo de 50 reais para pessoas de até três salários mínimos. O beneficiado não precisará pagar valor algum do empreendimento durante a obra e nenhuma taxa de entrada para a sua aquisição.

Os loteamentos e condomínios devem estar com características básicas, como Inserção na malha urbana, existência prévia de infraestrutura básica que permita as ligações domiciliares de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, vias de acesso e transportes públicos, existência de infraestrutura para a coleta de lixo e drenagem urbana, existência ou ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde e lazer (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 26).

Logo, percebe-se uma preocupação com o desenvolvimento das pessoas que irm ser beneficiadas pelo programa, onde a localização do loteamento assim como a qualidade da água e o seu abastecimento são características essenciais, assim também um esgotamento sanitário, energia elétrica, a ampliação nos serviços relacionados à saúde, lazer, educação, existência de infraestrutura para coleta de lixo são de suma importância.

## 7 METODOLOGIA

A priori, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, feita através de livros, artigos, Internet, dentre outros, onde foram utilizados dados disponíveis em portal de noticias econômicas e sites governamentais, tendo por objetivo demonstrar conceitos e características

do Programa Minha Casa Minha Vida, planos e estratégias adotados pelo governo para a minimização do déficit habitacional no Brasil, e em especial na cidade de Imperatriz, assim como o efeito socioeconômico do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias beneficiadas, no bairro Itamar Guará, no período de 2013 a 2014.

Teoria e método são interdependentes. Ambos buscam realizar o objetivo da pesquisa, seja ele de descrever, explicar, descobrir, compreender, prever determinado fenômeno. A teoria pode gerar e dar forma ao método e o contrário também é verdadeiro. Ambos se nutrem (VERGARA, 2008, p. 9).

O referencial teórico e a metodologia são de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho proposto, pois percebe-se que a influência dos mesmos retrata ainda mais a clareza e objetividade. Logo, esse vínculo se faz necessário para a estrutura e coesão do trabalho.

## **7.1 Tipo de Pesquisa**

### **7.1.1 Quanto à Abordagem**

Na abordagem, utilizou-se do método qualitativo e quantitativo, destacando problemas através de opiniões, comportamentos e atitudes dos indivíduos e de grupos, levando em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Como também, a análise e interpretação dos dados obtidos mediante a pesquisa.

Qualquer que seja o grau de refinamento dos procedimentos de análise estatística, a utilização de dados qualitativos não deve ser desconsiderada nas pesquisas econômicas (GIL, 1991, p. 147).

### 7.1.2 Quanto aos Fins

No que tange aos fins, optou-se pela pesquisa descritiva-exploratória, demonstrando assim, os efeitos socioeconômicos do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias beneficiadas de até três salários mínimos, no bairro Itamar Guará, no período de 2013 á 2014.

Há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. Analisando sob esta ótica, o trabalho que segue pode ser classificado como “pesquisa descritiva-exploratória (GIL, 1991, p. 39).

No trabalho proposto, foi utilizado o método exploratório onde buscou-se uma visão geral do problema, descrevendo assim, determinadas características da população ou fenômeno. Logo, o trabalho proposto foi classificado como descritiva-exploratória.

### 7.1.3 Quanto aos Meios

No intuito de analisar o efeito socioeconômico do Programa Minha Casa Minha Vida, gerido pela Prefeitura Municipal de Imperatriz, na percepção dos seus beneficiários, optou-se pelas pesquisas bibliográficas e de campo. Inicialmente, realizou-se uma investigação empírica na secretária de desenvolvimento social da cidade de Imperatriz, assim aplicando posteriormente questionários fechados no bairro Itamar Guará.

Segundo Rodrigues (2006, p. 89), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de fontes secundárias, ou seja, por meio de material já publicado, como livros, revistas e artigos científicos. Contudo, a pesquisa de campo é realizada a partir de dados obtidos no local (campo) onde o fenômeno surgiu, e ocorre em situação natural, espontaneamente.

### 7.1.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de questionários fechados, que foram analisados por meio da estatística, haja vista que foi uma série ordenada de questões respondidas por escrito pelos entrevistados, para isso, limitou-se o questionário em extensão e objetivo, tendo em vista que o mesmo trata-se de perguntas fechadas.

Na maior parte dos estudos tem-se usado o método de pesquisa de campo, também abordado neste trabalho. “Este tipo de abordagem é importante também para

conhecer a cobertura, aconcentração e a eficiência de programas, ações e intervenções, para avaliar objetivos bastante específicos [...]” (MULLEN & IVERSON *apud* MINAYO, 2005, p. 72).

O trabalho possibilitará a coleta de dados, com auxílio do *software Ethnograph* no tratamento dos dados e a utilização de gráficos, possibilitando assim, a interpretações quali-quantitativas. Esses métodos de abordagem são importantes para conhecer a eficiência de programas e avaliar seus objetivos.

## 7.2 Universo e Amostra

Os dados que foram utilizados no trabalho propostos, também foram de cunho de pesquisa de campo com fontes que foram embasadas em estudos organizados e realizados por órgãos governamentais.

Os dados estatísticos são colhidos diretamente e a intervalos geralmente regulares, quer abrangendo a totalidade da população (censos), quer utilizando-se da técnica da amostragem, generalizando os resultados à toda população (LAKATOS E MARCONI, 2007, p. 66).

Logo, o trabalho tem por um objetivo analisar qual o efeito socioeconômico do Programa do Minha Casa Minha Vida para as famílias beneficiadas de até três salários mínimos, no bairro Itamar Guará, no período de 2013 a 2014 através de amostras populacional, sendo o universo todas as famílias beneficiárias do bairro Itamar Guará e a amostra foi composta por todas as famílias beneficiadas do bairro pautadas através do calculo amostral.

Servindo como base para o calculo da amostra o número total de famílias beneficiadas com o auxílio do programa no município de Imperatriz – MA, calculando segundo métodos estatísticos, de acordo com a fórmula para determinação do tamanho da amostra de 210 famílias, com base na estimativa da proporção populacional, segundo análise de Triola (2008) que segue:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

$N$  = Número de indivíduos que representa o universo da pesquisa (18.683).

$\hat{p}$  = Valor amostral que representa a proporção de indivíduos pertencentes à categoria que se interessa estudar (0,5).

$\hat{q}$  = Valor amostral que representa a proporção de indivíduos não pertencentes à categoria que se deseja estudar (0,5).

Desta forma:  $\hat{p} \cdot \hat{q}$  corresponde a 0,25

$Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico correspondente ao grau de confiança desejado. Pretendendo-se obter nessa pesquisa 95% de confiança o que representa um valor crítico de 1,96.

$E$  = Margem de erro (6%).

Contudo, de acordo com os índices que se deseja alcançar, determina-se quantidade de indivíduos que se deve pesquisar da seguinte forma:

$$n = \frac{1.000 \cdot 0,25 \cdot (1,96)^2}{0,25 \cdot (1,96)^2 + (1.000 - 1) \cdot 0,06^2}$$

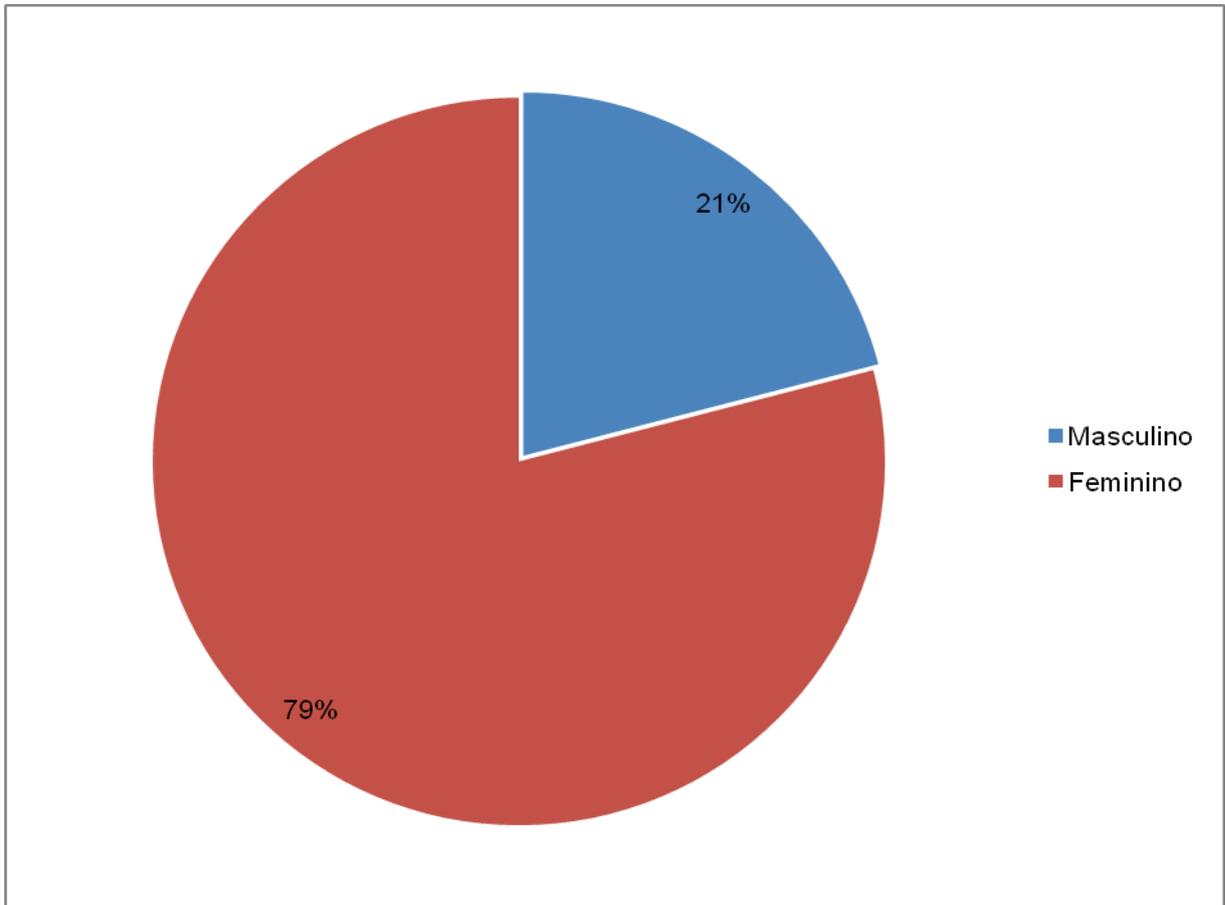
$$n = \frac{250 \cdot 3,84}{0,25 \cdot 3,84 + 999 \cdot 0,0036}$$

$$n = \frac{960}{4,56}$$

$n=210$  (aproximadamente)

Para tanto, a pesquisa obteve após os cálculos uma amostra de 210 famílias entrevistadas as quais foram escolhidas de forma aleatória, o preenchimento dos questionários aconteceu nos dias 15, 16 e 22 de novembro de 2014, sendo desta forma, questionados os participantes do bairro Itamar Guará, visitando-se 210 famílias por dia, para maior abrangência da pesquisa. Após recebimento dos questionários respondidos, separou-se, classificando e numerando os questionários, para posteriormente lançar ao programa *software Ethnograph*, que possibilitou a mensuração, quantificando e extraindo os percentuais de cada questionamento.

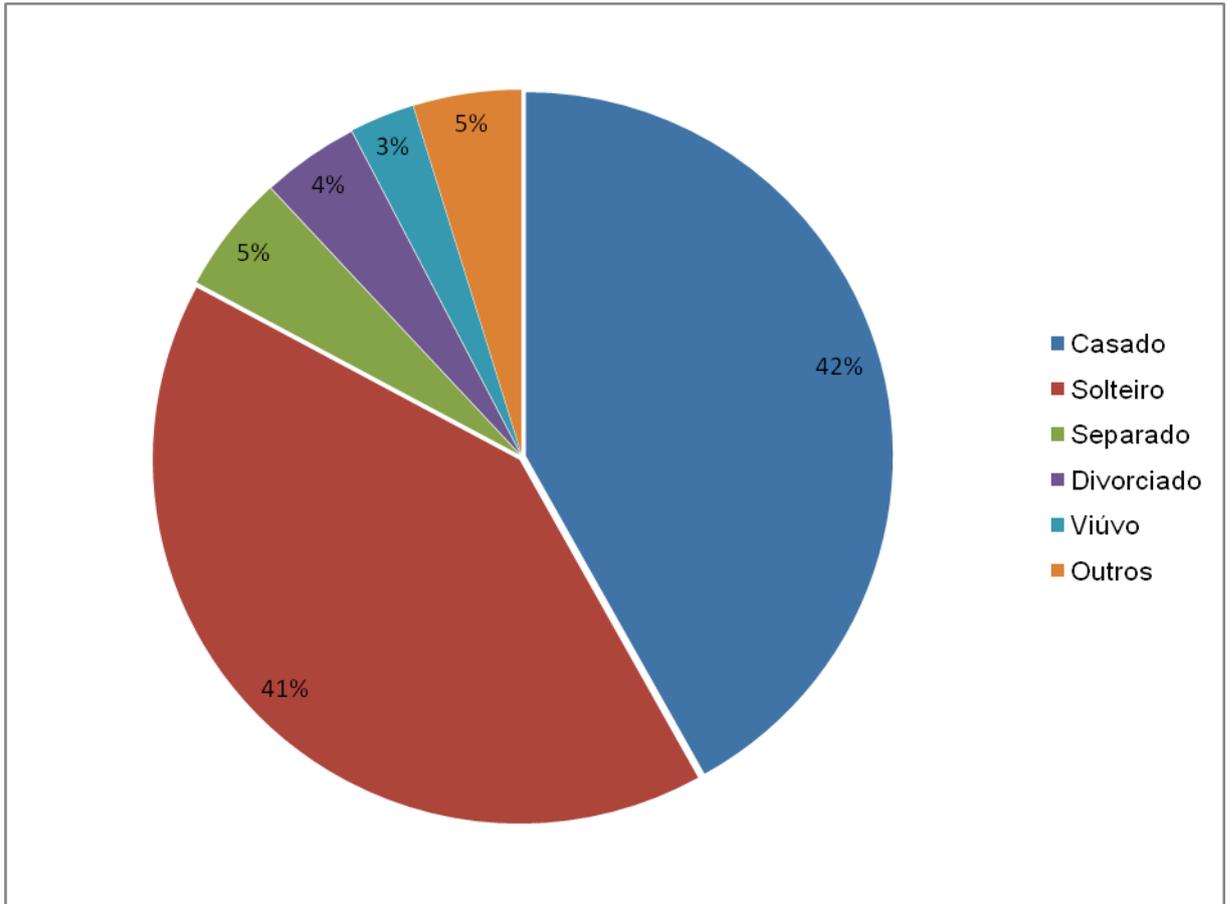
## 8 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO



**Gráfico 2 - Gênero**

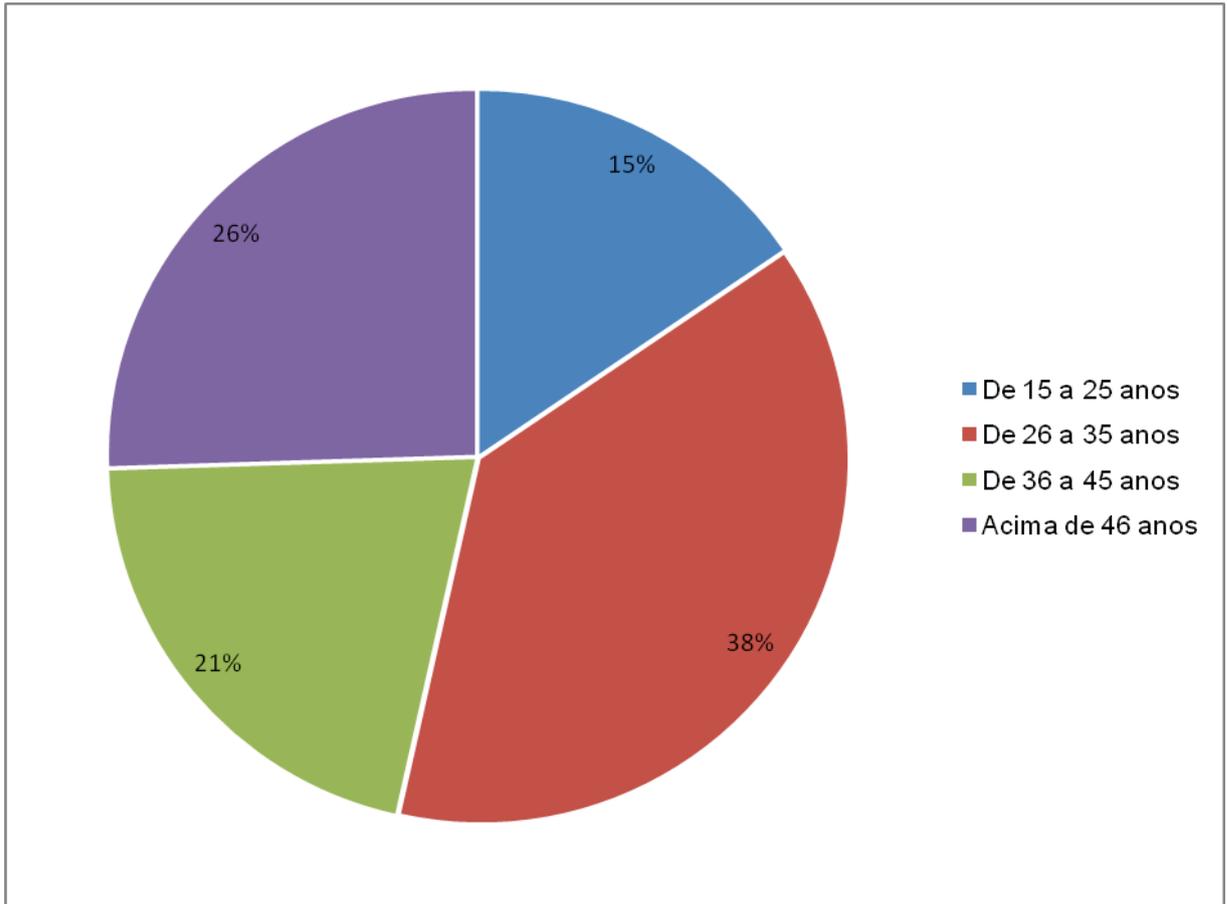
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 2, é possível observar após a realização da pesquisa com a população amostral identificada que, dos 210 beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida entrevistados, na sua maioria, estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, é composta por mulheres, sendo 79% (setenta e nove por cento), ficando somente 21% (vinte e um por cento) para beneficiários do gênero masculino. Para tanto, observa-se ainda, a inclusão social das mulheres no que diz respeito ao acesso a uma moradia digna.



**Gráfico 3** - Estado civil do responsável pelo benefício  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

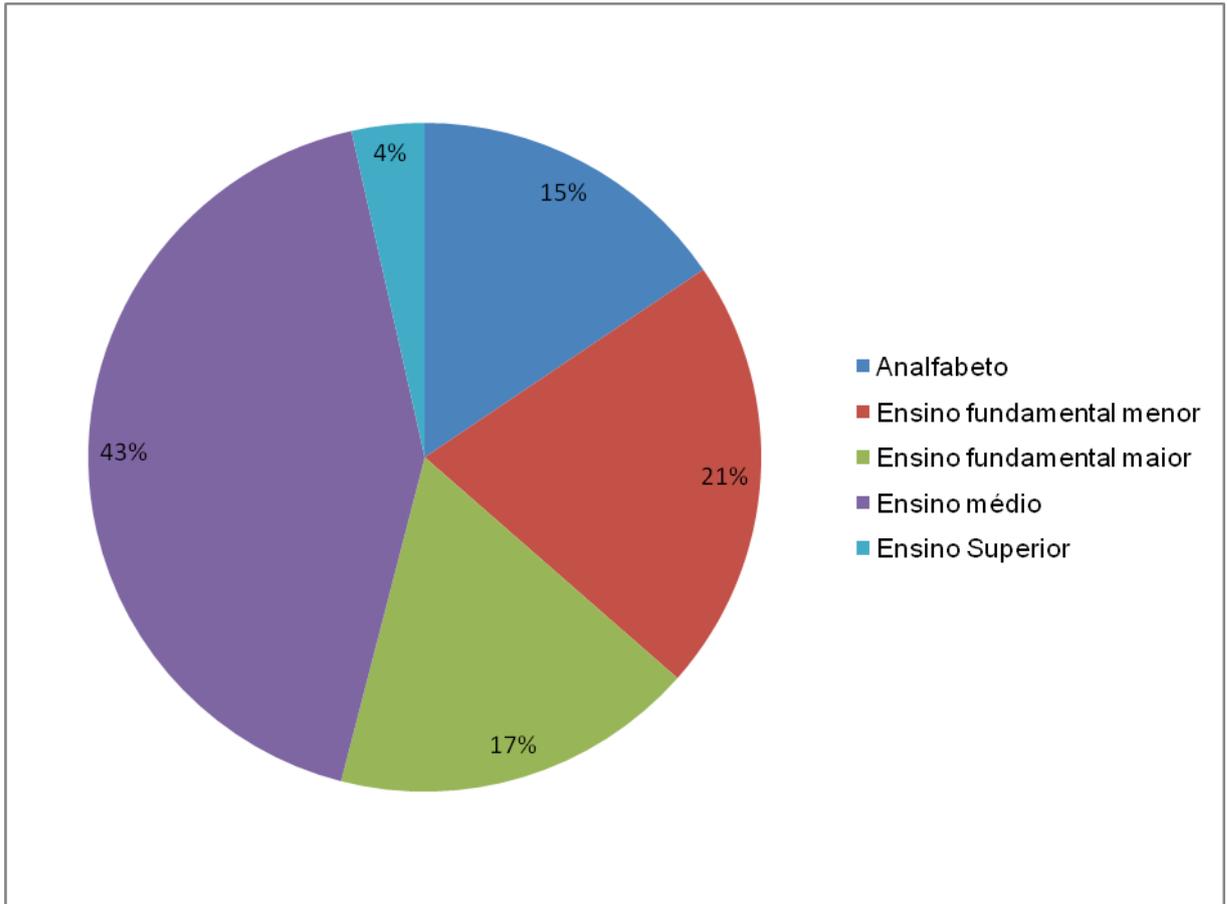
No gráfico 3, é possível observar após a realização da pesquisa com a população amostral identificada que, dos 210 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida que foram entrevistados, na sua maioria que estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria 42% (quarenta e dois por cento) são casados, 41% (quarenta e um por cento) solteiros, seguidos por 5% (cinco por cento) de separados e outros 3% (três por cento) viúvos e 4% (quatro por cento) divorciados. Prevalendo assim, na amostra, o número de beneficiados casados.



**Gráfico 4 – Faixa etária**

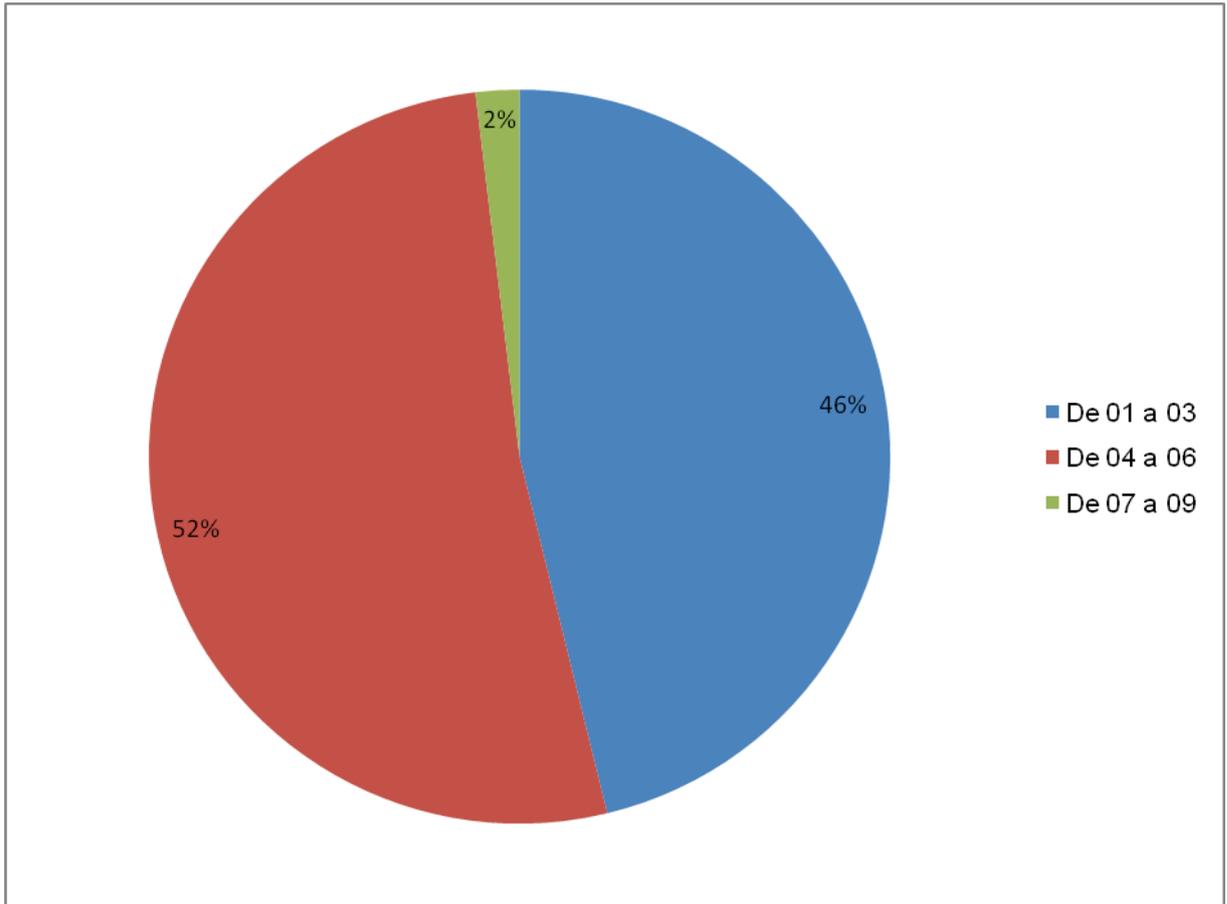
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Ao analisar os resultados do gráfico 4, observa-se que entre os 210 beneficiários entrevistados, inseridos no programa Minha casa Minha Vida, 38% (trinta e oito por cento) têm a idade entre 26 a 35 anos, 26% (vinte e seis por cento) têm a idade acima de 46 anos, 21% (vinte e um por cento) está entre 36 a 45 anos e por fim, representando uma pequena minoria, estão os entre 15 a 25 anos, compreendendo assim, 15% (quinze por cento).



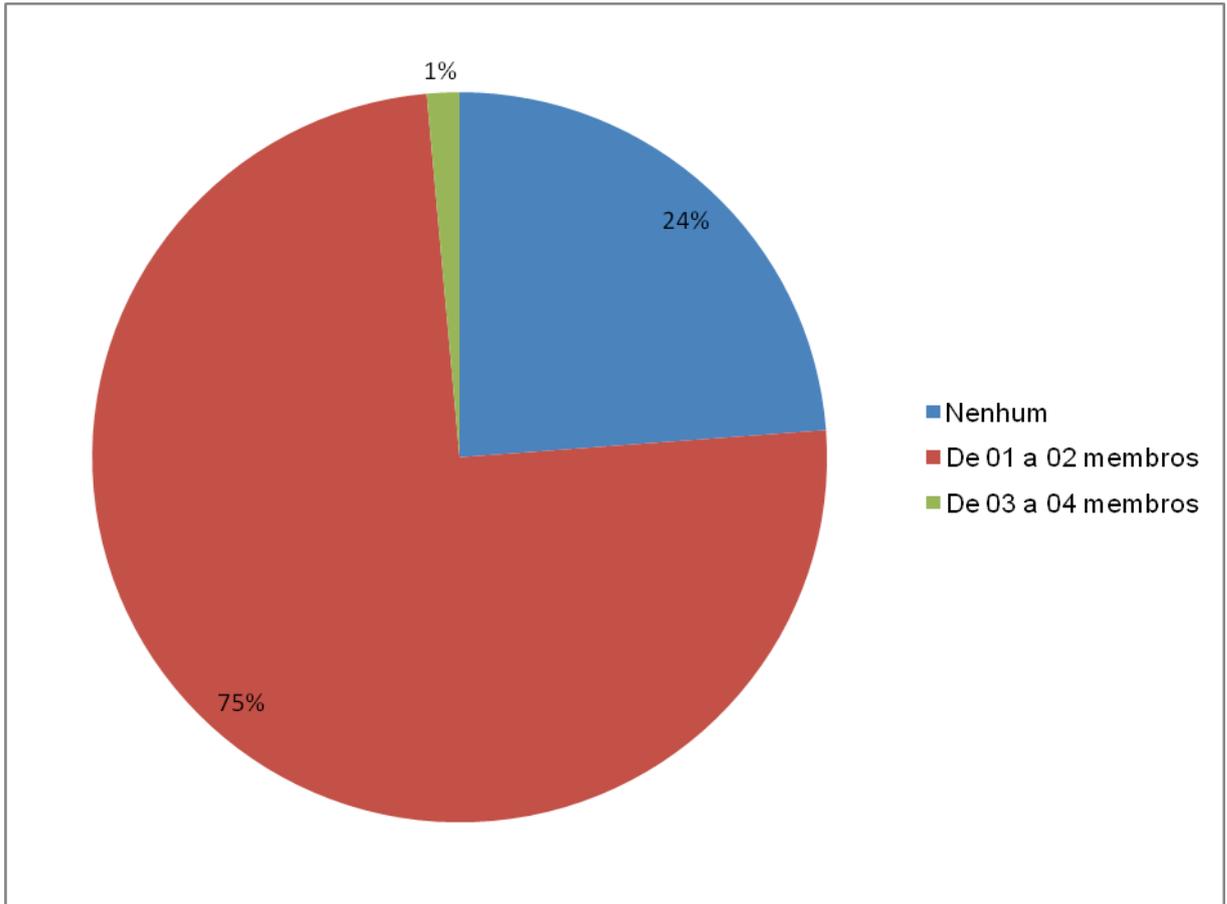
**Gráfico 5** – Nível de escolaridade  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 5, é possível observar, após a realização da pesquisa com a população amostral identificada que, dos 210 beneficiários do programa Minha Casa Minha vida que foram entrevistados, na sua maioria que estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, 43% (quarenta e três por cento) concluíram o ensino médio, 21% (vinte um por cento) não concluíram o ensino fundamental, 17% (dezessete por cento) concluíram o ensino fundamental, 4% (quatro por cento) têm ensino superior e 15% (quinze por cento) são analfabetos. Portanto, concluí-se que, grande parte dos beneficiários entrevistados possui um ensino médio.



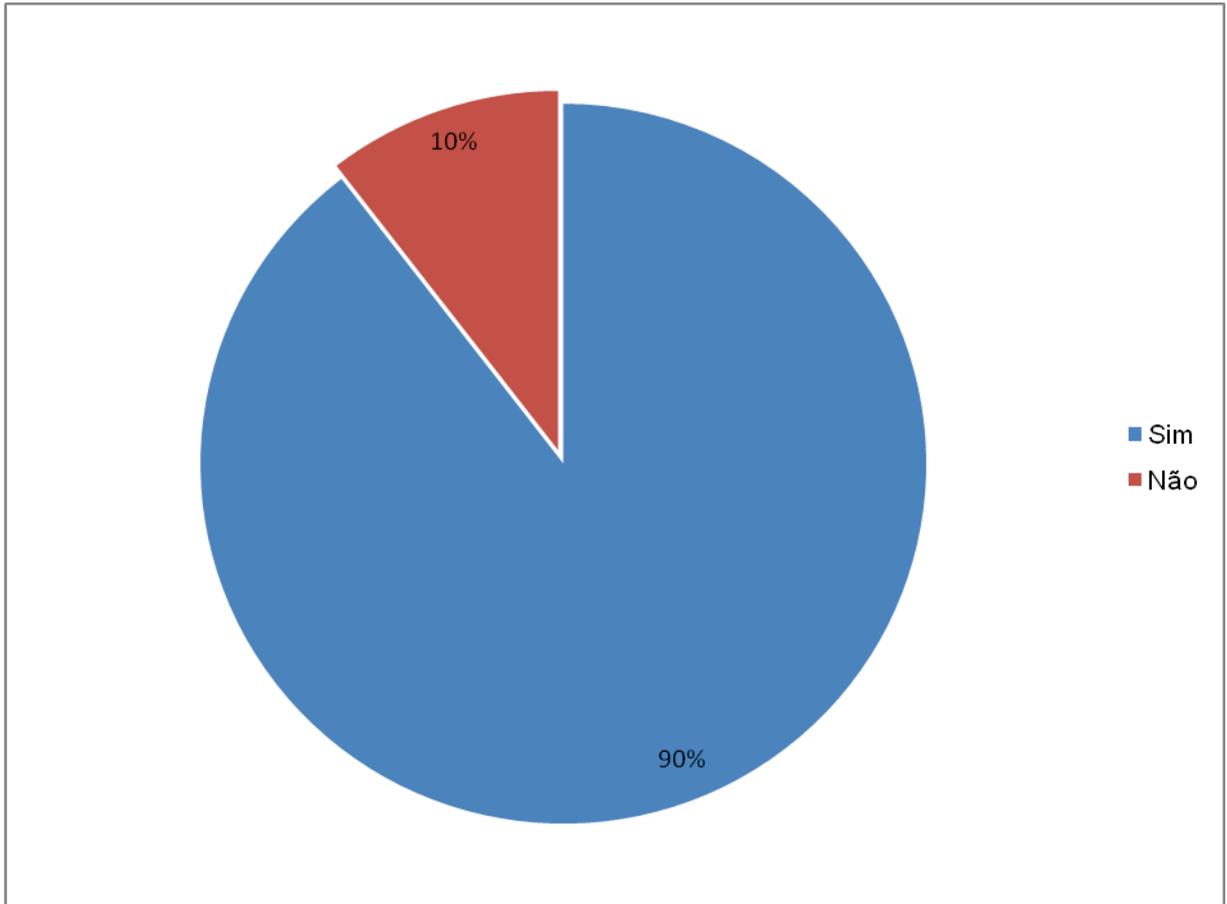
**Gráfico 6** – Integrantes residentes em cada moradia  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 6, é possível observar após a realização da pesquisa com a população amostral identificada que, dos 210 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida que foram entrevistados, 52% (cinquenta e dois por cento) afirmam que residem de 04 a 06 pessoas em suas moradias, 46% (quarenta e seis por cento) afirmam que residem de 01 a 03 pessoas em suas moradias e 2% (dois por cento) das moradias residem de 07 a 09 pessoas.



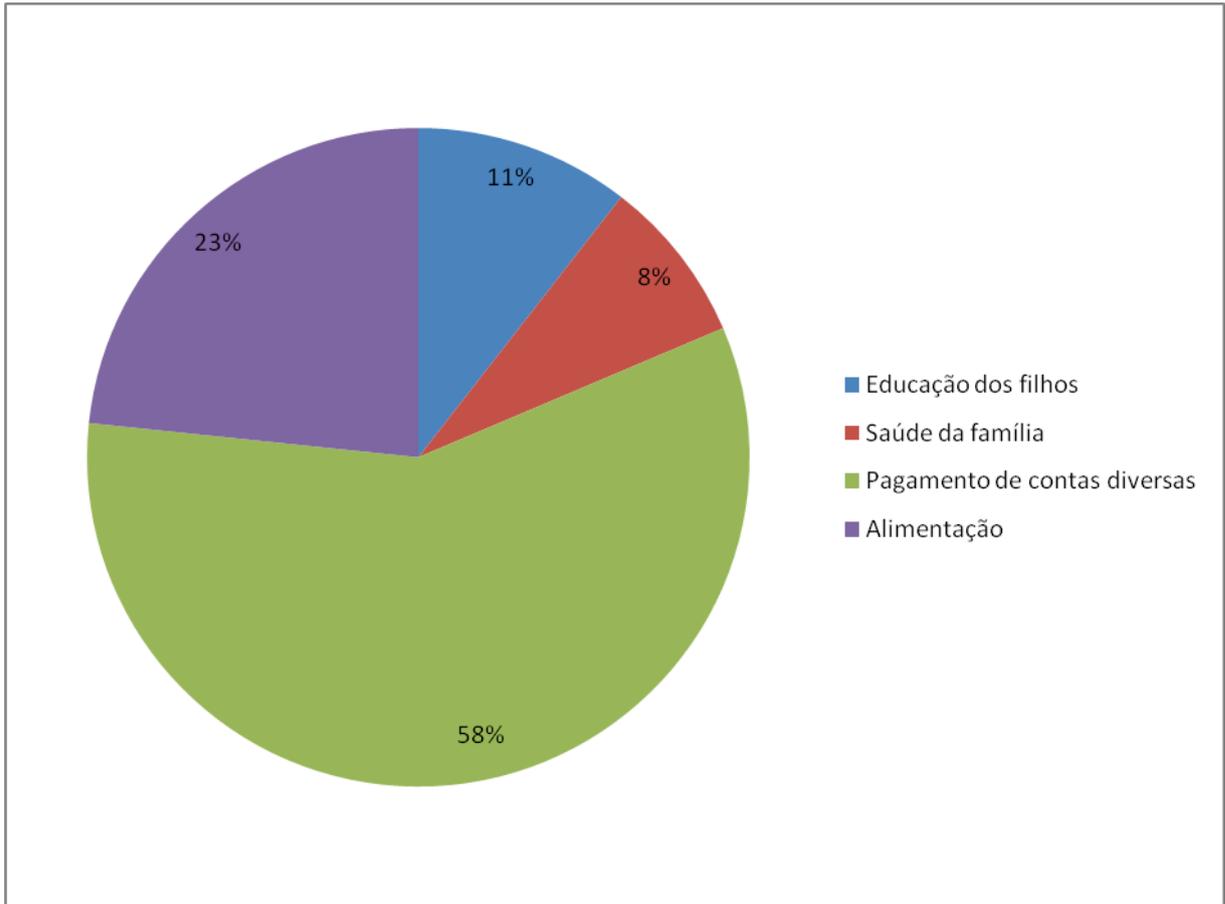
**Gráfico 7** – Integrantes da família que possuem emprego  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 7, observa-se que na maioria das residências de famílias que foram beneficiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, 75% (setenta e cinco por cento) de 01 a 02 membros trabalham, 24% (vinte e quatro por cento) das residências possuem pessoas que não trabalham, onde se torna uma quantidade alarmante, pois o nível de qualidade de vida é pífio quando as pessoas não estão tendo um meio de renda que sirva para suprir suas necessidades básicas, e 1% (um por cento) das residências entrevistadas possui de 03 a 04 membros que possuem emprego.



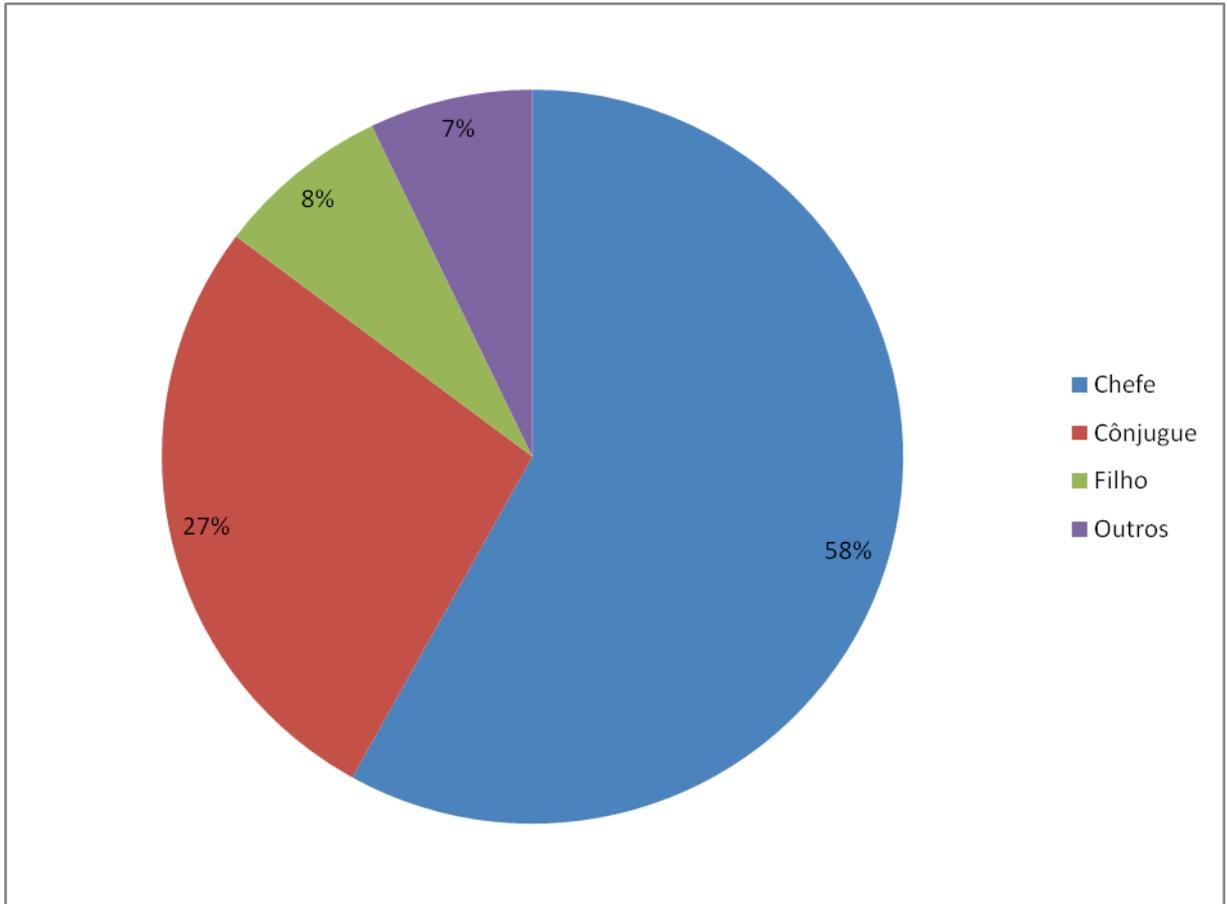
**Gráfico 8** – Melhoria nos alimentos consumidos  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 8, observa-se que de 210 dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, 90% (noventa por cento) consideram que houve uma melhoria na qualidade dos alimentos, pois com a renda sobrando, devido baixo o valor das parcelas pagas, se pode adquirir mais alimentação, sobretudo, alimentos mais saudáveis. Todavia, apenas 10% (dez por cento) dos beneficiados afirmam que não houve uma melhoria dos alimentos consumidos. Logo, observa-se que o programa Minha Casa Minha Vida tem como um de seus objetivos é garantir à população carente mais acesso á alimentação.



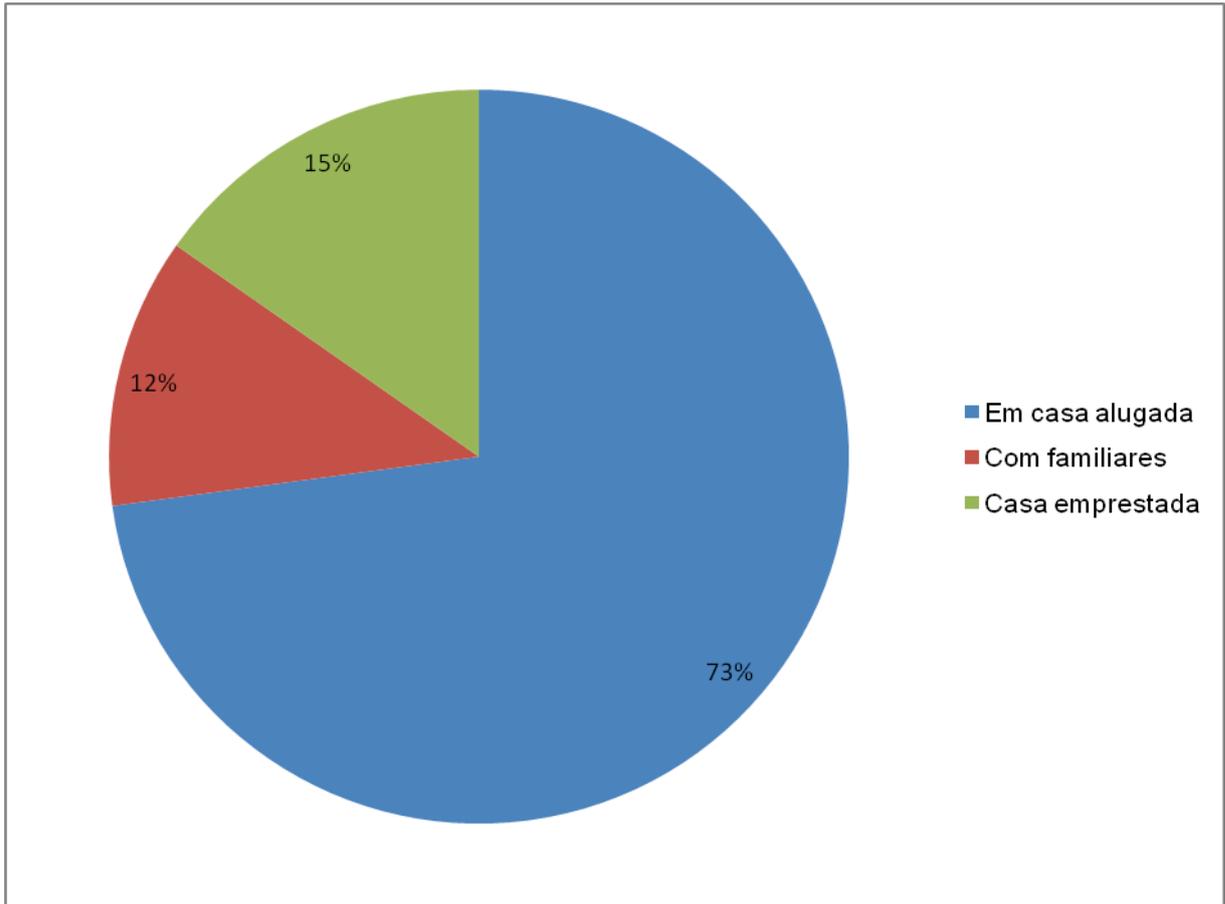
**Gráfico 9** – Setores que houve melhoria na qualidade de vida depois do recebimento da casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 9, ressalta-se os setores que influenciaram na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, onde a sua maioria, com 58% (cinquenta e oito por cento) afirmaram que após o recebimento da moradia, houve uma melhora nos pagamentos das contas, pelo fato do aumento da renda decorrente do baixo valor das parcelas pagas pelo financiamento. Onde 23% (vinte e três por cento) afirmaram que houve uma melhora na qualidade da alimentação, outros 11% (onze por cento) afirmaram que houve uma melhora na qualidade da educação dos filhos e por fim, 8% (oito por cento) afirmaram que houve uma melhora na saúde da família. Conclui-se que o Programa Minha Casa Minha Vida melhorou a renda das famílias, assim dando a oportunidade de pagarem suas contas pendentes.



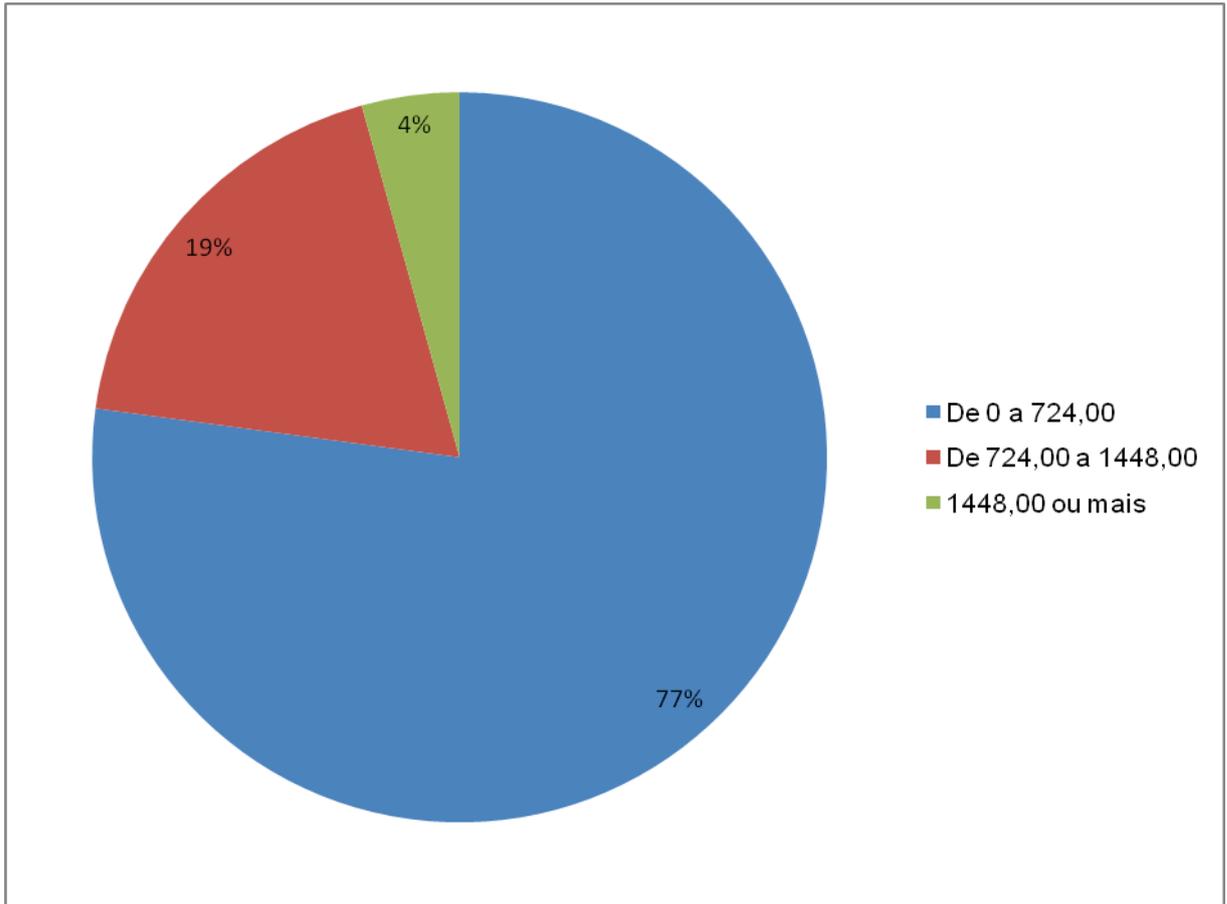
**Gráfico 10** – Condições do domicílio  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 10, relaciona-se o perfil dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em detrimento ao domicílio, onde 58% (cinquenta e oito por cento) dos beneficiados são homens ou mulheres chefes de família, também 27% (vinte e sete por cento) dos beneficiados são conjugues do chefe de família, os filhos dos chefes de famílias resultam em 8% (oito por cento) e 7% (sete por cento) dos beneficiários optaram por outros.



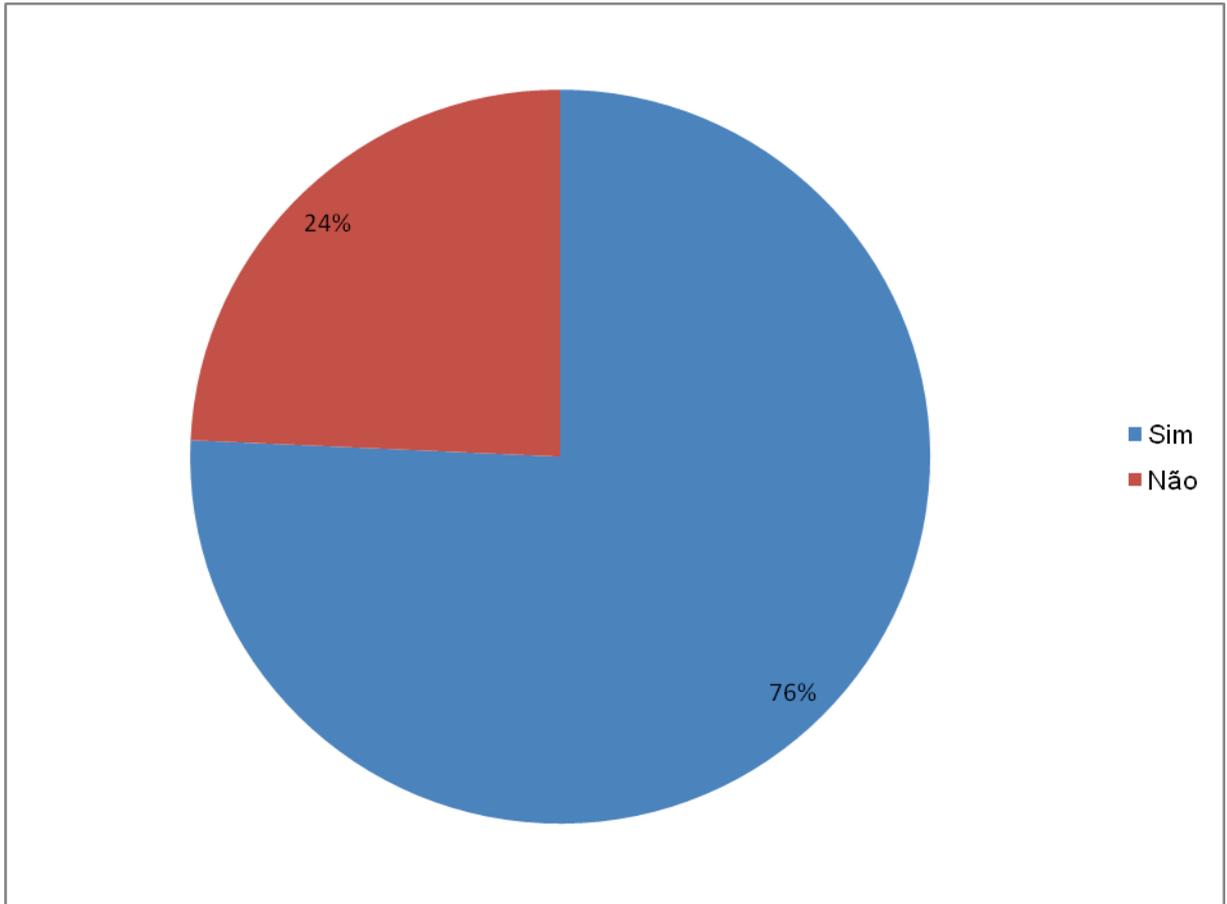
**Gráfico 11** – Moradia antes de adquirir a casa  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 11, está relacionado onde os beneficiários habitavam antes de adquirirem o imóvel pelo Programa Minha Casa Minha Vida, dos 210 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida que foram entrevistados, na sua maioria estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, 73% (setenta e três por cento) afirmaram que moravam em casas alugadas, em casas cedidas ou emprestadas apenas 15% (quinze por cento) e 12% (doze por cento) moravam com familiares. Portanto, conclui-se que a maioria das famílias beneficiárias morava em casas alugadas, assim passando a ter acesso à sua própria moradia através do Programa Minha Casa Minha Vida.



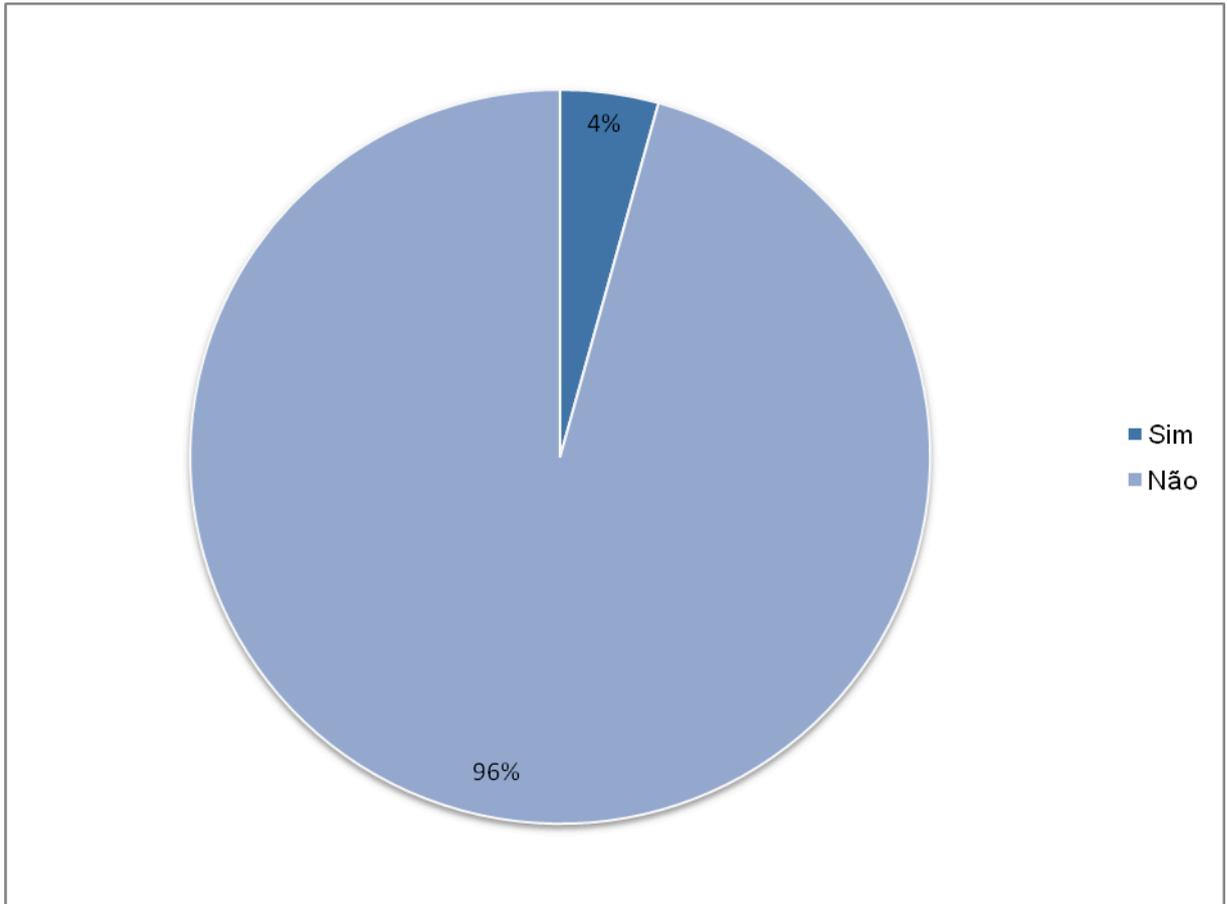
**Gráfico 12** – Renda bruta mensal, em reais, do beneficiado pelo programa MCMV  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 12, está relacionado à renda bruta mensal das famílias beneficiárias, onde se observa que dentre os 210 beneficiários pelo programa Minha Casa Minha Vida, 77% (setenta e sete por cento) das famílias possuem uma renda de 0 a 724,00 reais, 19% (dezenove por cento) das famílias de 724,00 a 1448,00 reais, apenas 4% (quatro por cento) das famílias possuem uma renda de 1448,00 reais ou mais. Assim, confirmando um dos objetivos do programa ao priorizar as famílias de até três salários mínimos.



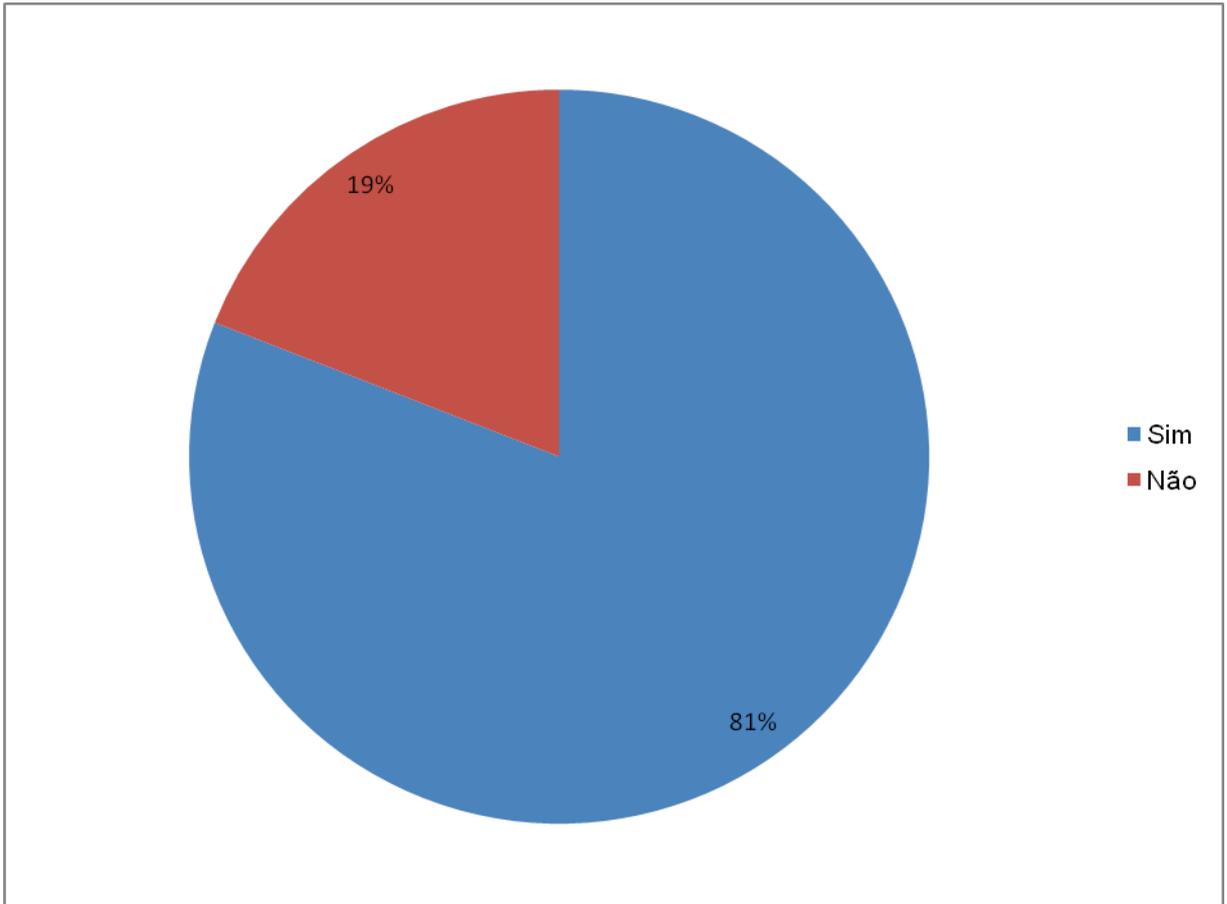
**Gráfico 13** – Aumento na renda após a aquisição da moradia  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 13 está relacionado ao aumento da renda após a aquisição da moradia, onde se observa que entre os 210 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, no bairro Itamar Guará, 76% (setenta e seis por cento) afirmam que houve um aumento na renda familiar devido ao baixo valor das parcelas a serem pagas, 24% (vinte e quatro) afirmam que não houve um aumento na renda familiar. Portanto, confirma-se que o Programa Minha Casa Minha Vida possibilitou um aumento de renda para as famílias beneficiárias.



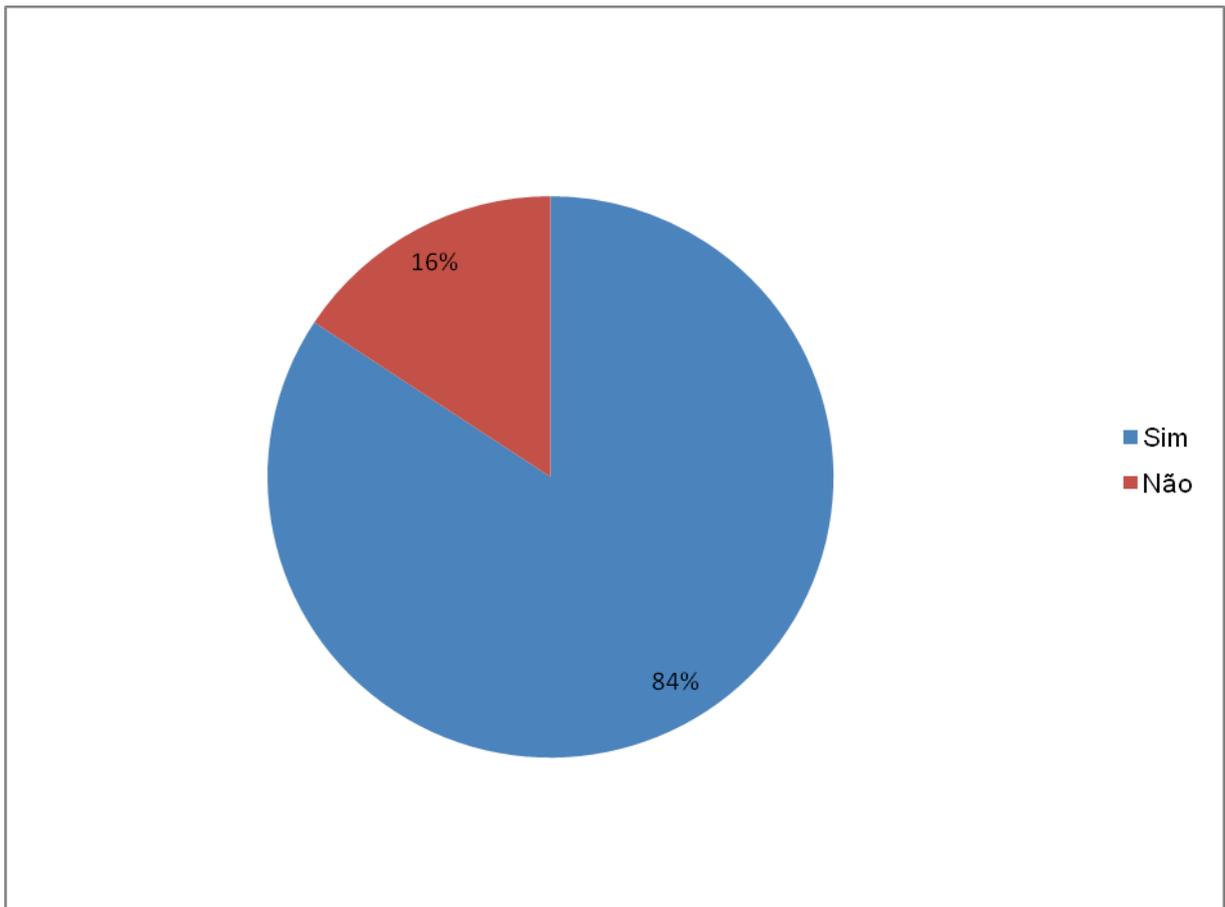
**Gráfico 14** – Utilização de outras fontes de financiamento  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 14 está relacionado à utilização de outras fontes de financiamento, onde se observa que dentre os 210 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, 96% (noventa e seis por cento) afirmam que não utilizam de outras fontes de financiamento e 4% (quatro por cento) afirmam que utilizam. Portanto, conclui-se que a maioria está de acordo com os critérios de avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em não possuir outra fonte de financiamento.



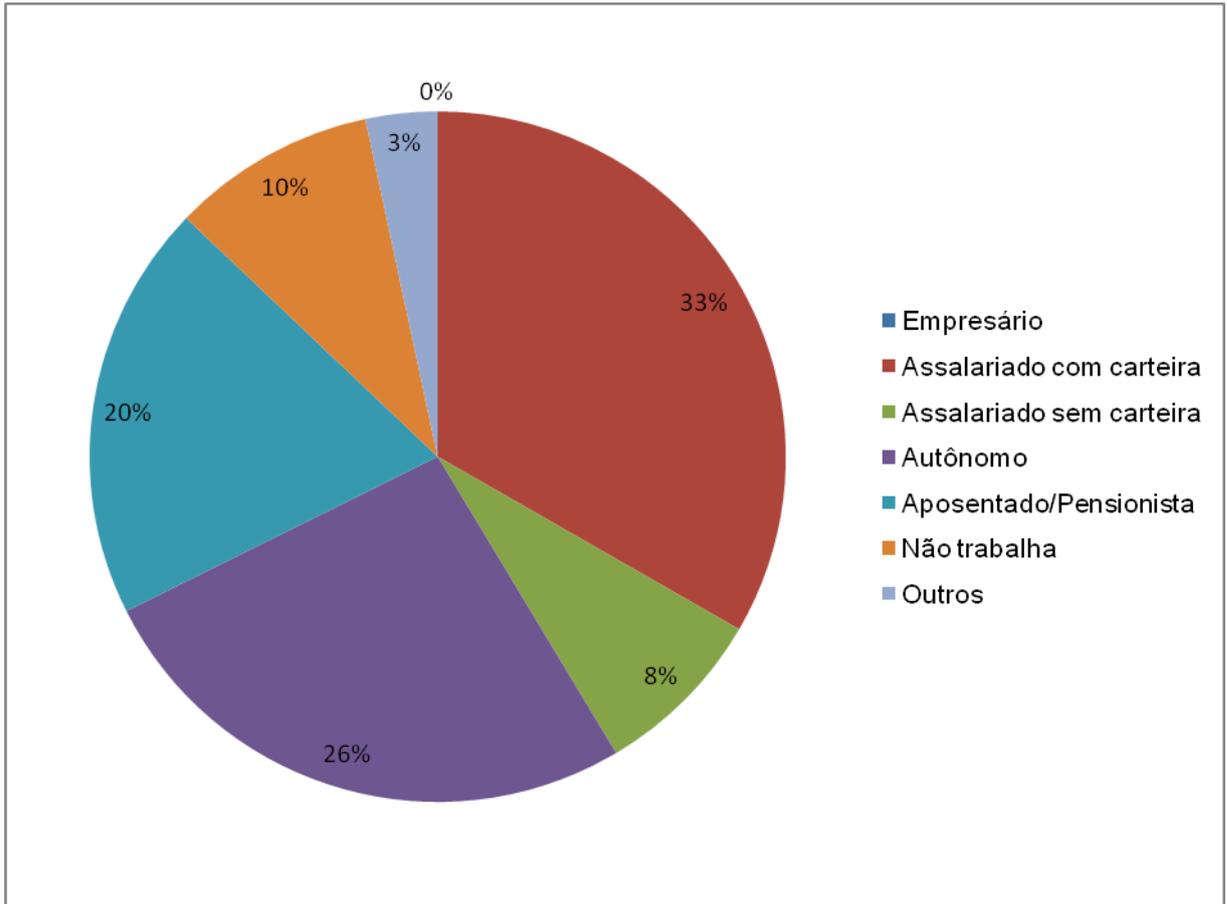
**Gráfico 15** – Satisfação da localidade do bairro  
.Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 15 está relacionado à satisfação da localidade do bairro Itamar Guará, onde das 210 pessoas beneficiárias pelo Programa Minha Casa Minha Vida, 81% (oitenta e um por cento) dos beneficiados estão satisfeitos com a localidade do bairro, pois apesar de estar afastado do centro da cidade, o bairro dispõe de transporte público. Contudo, 19% (dezenove por cento) dos beneficiados entrevistados, não estão satisfeitos com a localidade do bairro por ser distante do centro da cidade.



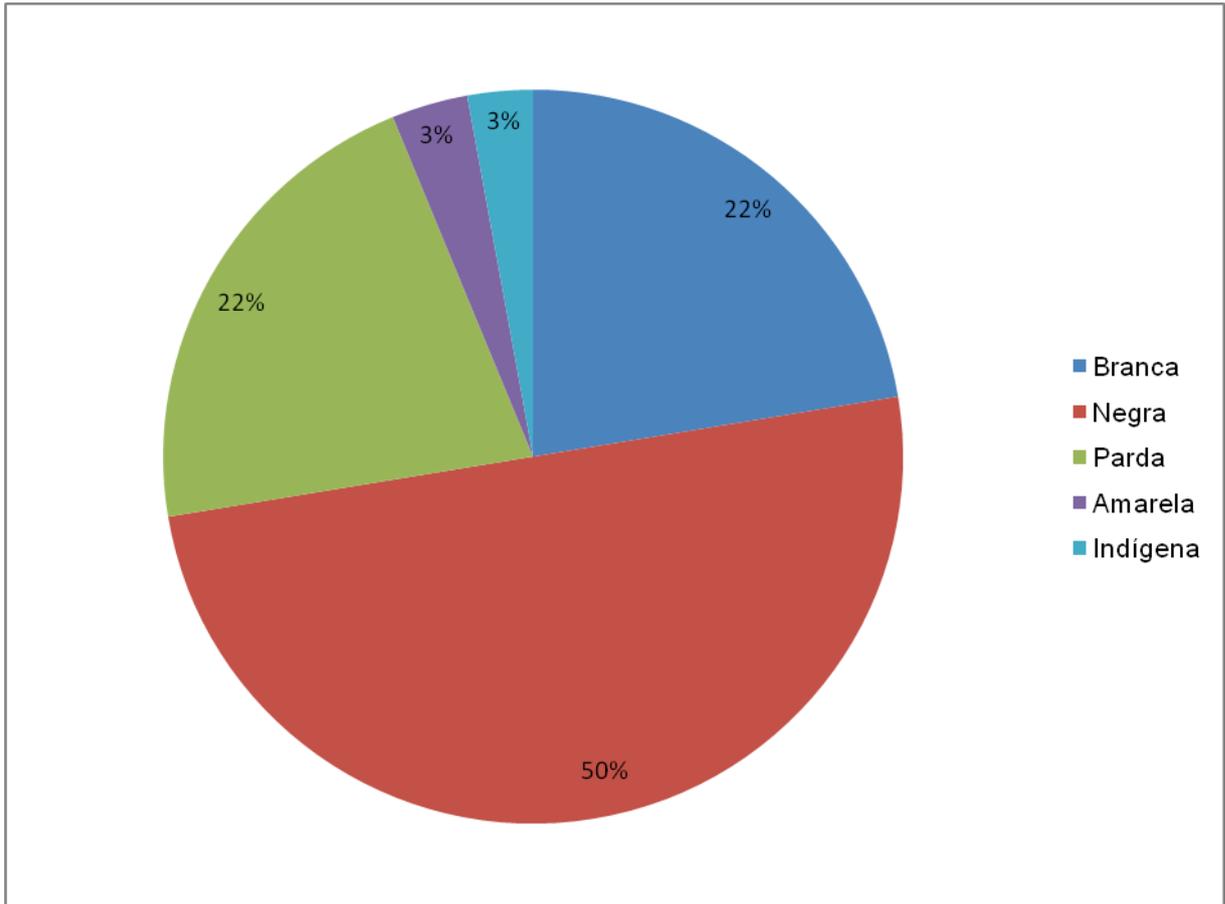
**Gráfico 16** – Conforto no espaço físico das casas  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 16 relaciona o conforto que a estrutura física da casa oferece as famílias beneficiárias, observa-se que 84% (oitenta e quatro por cento) dos beneficiários entrevistados pelo Programa Minha Casa Minha Vida estão satisfeitos com o conforto que a estrutura da casa disponibiliza. No entanto, 16% (dezesesseis por cento) dos beneficiados do programa não estão satisfeitos com a estrutura da casa, e isso vem implicar em um índice de reforma da estrutura das casas no bairro.



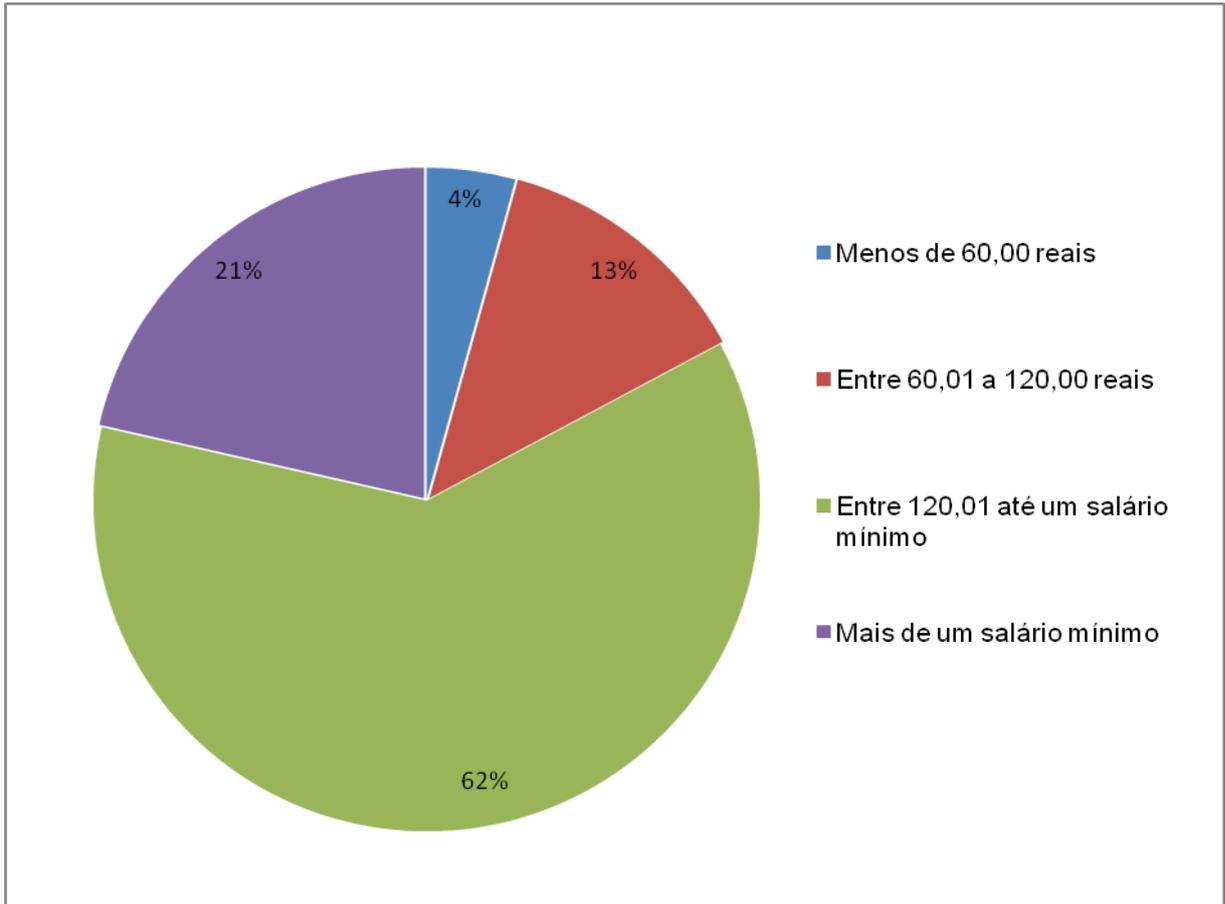
**Gráfico 17** – Características socioeconômicas, qualificação profissional do beneficiado  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 17 está apresentado as características socioeconômicas e qualificação profissional dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, onde a maioria dos beneficiados, com 33% (trinta e três por cento) da amostra apresentam-se como assalariados com a carteira de trabalho assinada, contudo, 26% (vinte e seis por cento) dos beneficiados entrevistados são autônomos, 20% ( vinte por cento) aposentados ou pensionistas, 10% (dez por cento) não trabalham, 8% (oito por cento) são assalariados sem carteira de trabalho assinada e 3% (três por cento) outros, não sendo nenhum dos beneficiados entrevistados empresários.



**Gráfico 18** – Características da pessoa beneficiada – cor / raça  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

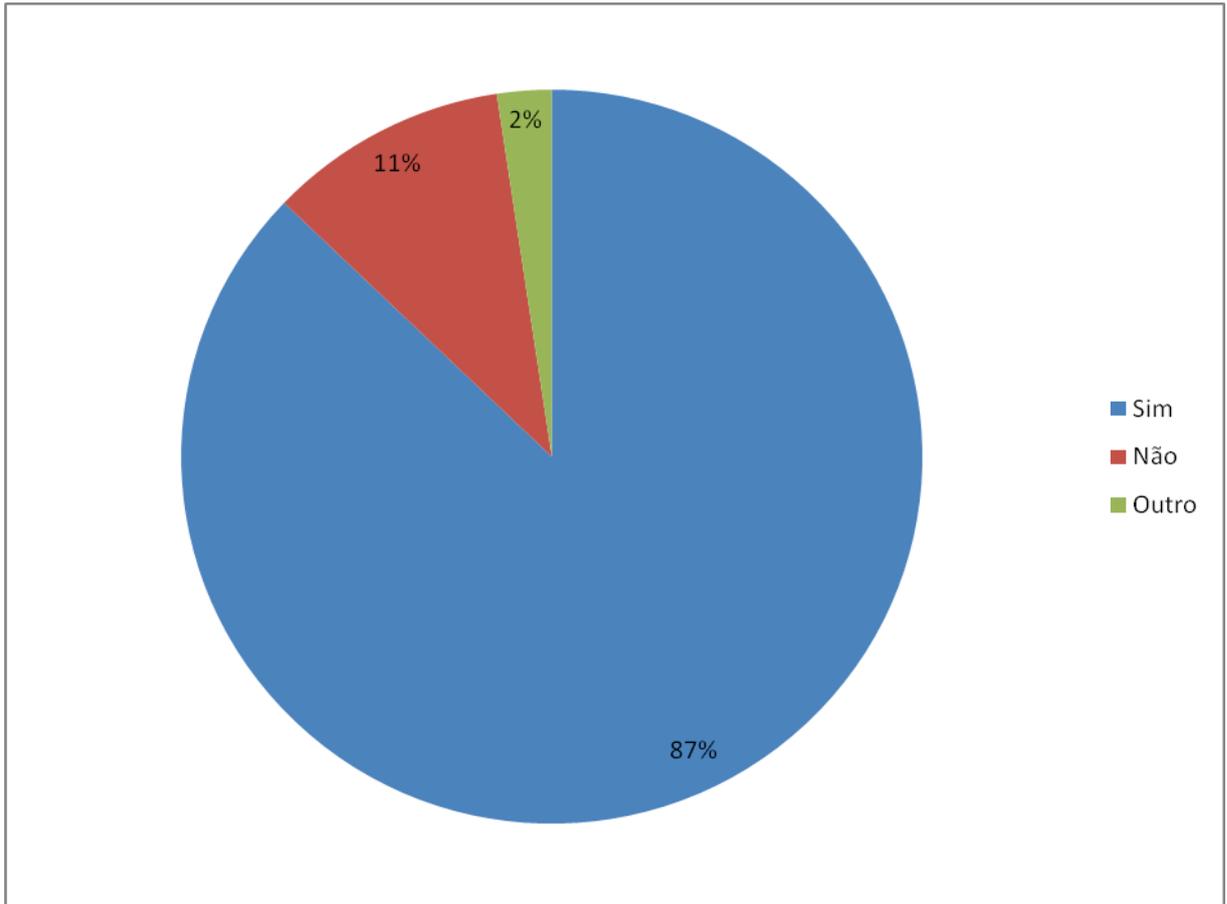
O gráfico 18 está especificado as características dos beneficiários como raça ou cor. Onde após a realização da pesquisa com a população amostral identificada, que dos 210 beneficiários do programa Minha Casa Minha vida que foram entrevistados, na sua maioria que estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, são 50% (cinquenta por cento) de pessoas negras, 22% (vinte e dois por cento) dos beneficiados são brancos, 22% (vinte e dois por cento) são pardos, 3% (três por cento) consideradas amarelas e 3% consideradas indígenas. Para tanto, observa-se ainda, a inclusão social das pessoas negras, no que diz respeito ao acesso a uma moradia digna.



**Gráfico 19** – Renda familiar antes de receber a casa

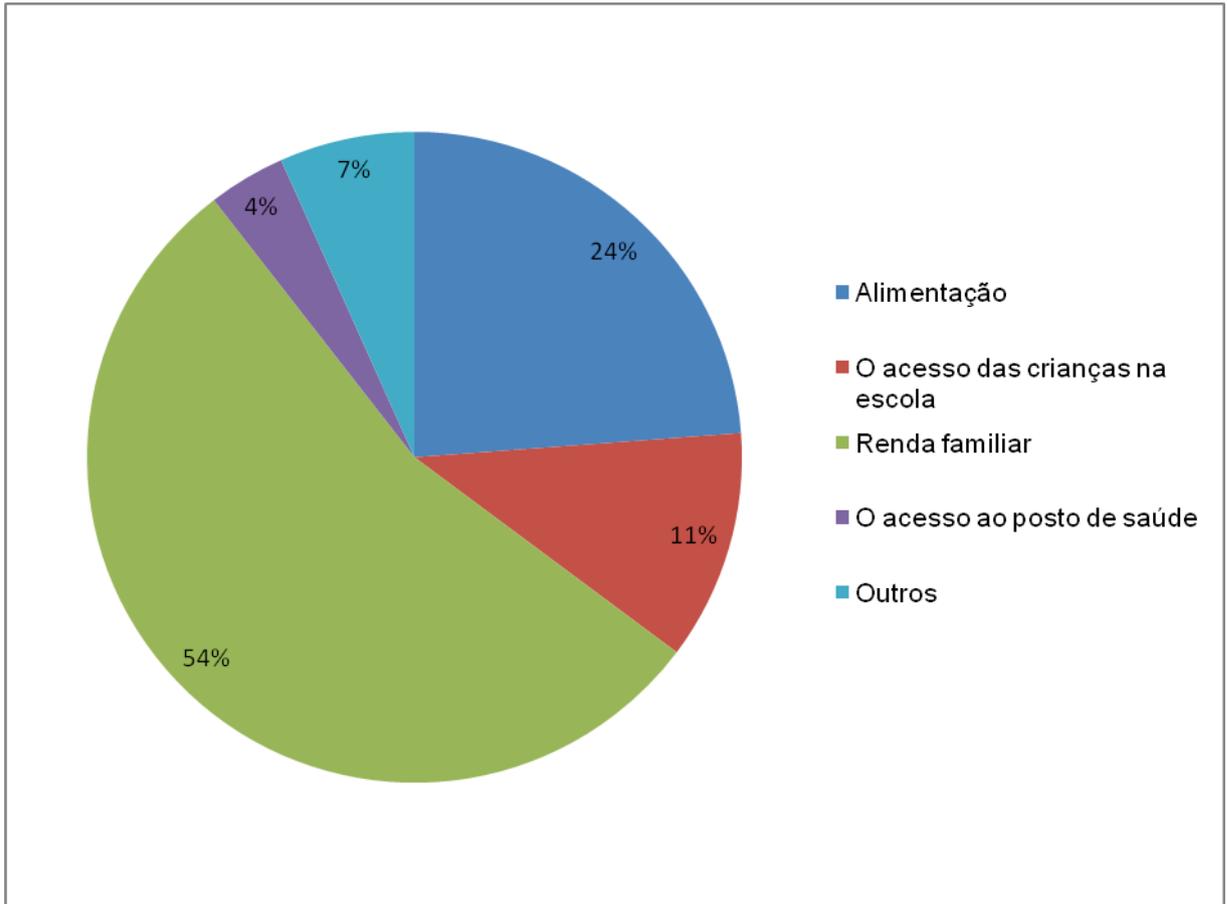
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No gráfico 19, apresenta-se a renda familiar antes dos beneficiários pelo Programa Minha Casa Vida receberem as casas. Após a realização da pesquisa com a população amostral identificada, dos 210 beneficiários do programa Minha Casa Minha vida que foram entrevistados, na sua maioria que estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, 62% (sessenta e dois) dos beneficiados entrevistados recebiam de 120,01 até um salário mínimo, 21% (vinte e um por cento) dos beneficiados entrevistados recebiam mais de um salário mínimo, 13% (treze por cento) recebiam entre 60,01 a 120,00 reais e 4% (quatro por cento) recebiam menos de 60,00 reais.



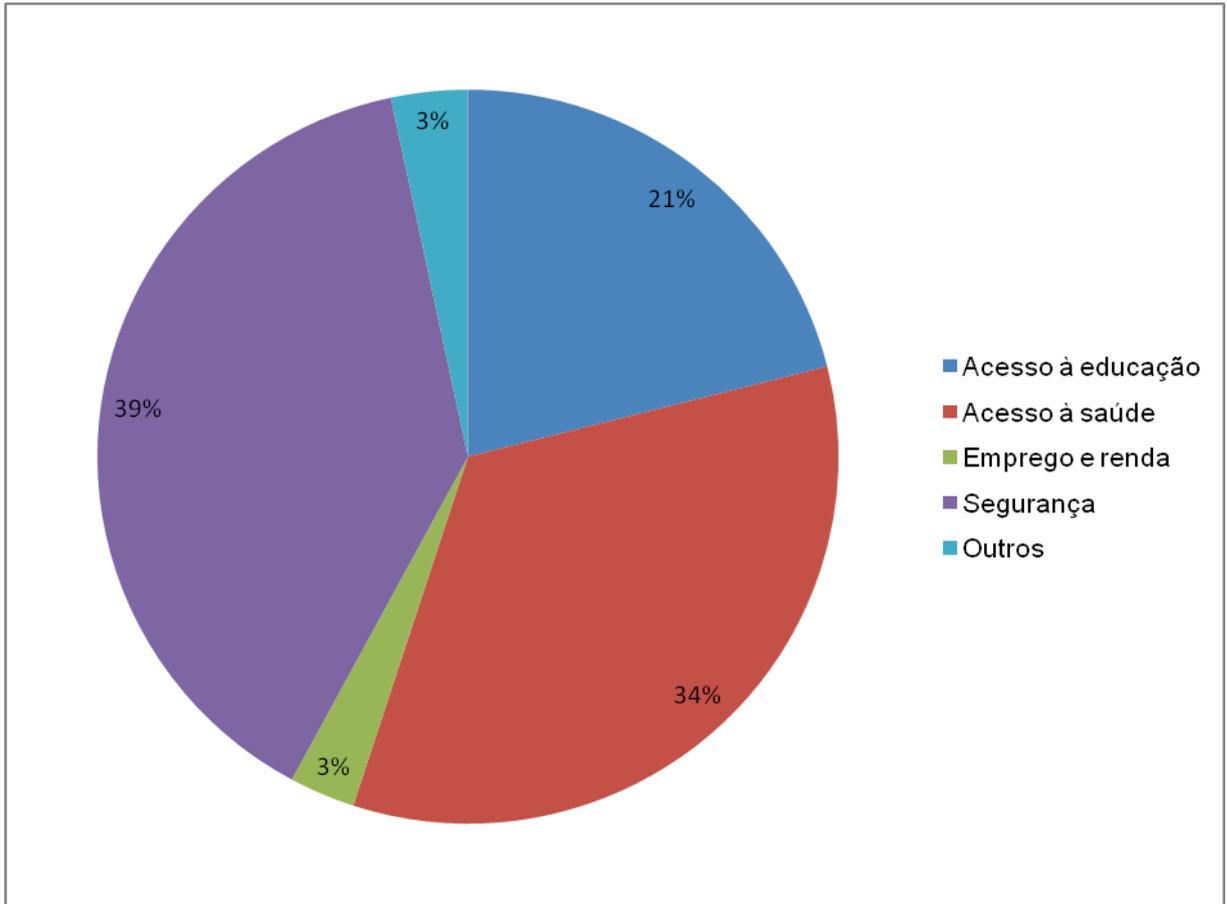
**Gráfico 20** – Necessidades básicas supridas após a aquisição da casa  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 20 está relacionada às necessidades básicas supridas após a aquisição da casa, que após a realização da pesquisa com a população amostral identificada, dos 210 beneficiários do programa Minha Casa Minha vida que foram entrevistados, na sua maioria que estão responsáveis pelo recebimento do benefício da casa própria, 87% (oitenta e sete por cento) afirmaram que suas necessidades básicas foram supridas após adquirirem a casa, 11% (onze por cento) afirmam que após adquirirem a casa, suas necessidades básicas não foram supridas, e 2% (dois por cento) marcaram outros.



**Gráfico 21** – Melhora na qualidade de vida do beneficiado e de sua família após receberem a casa  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

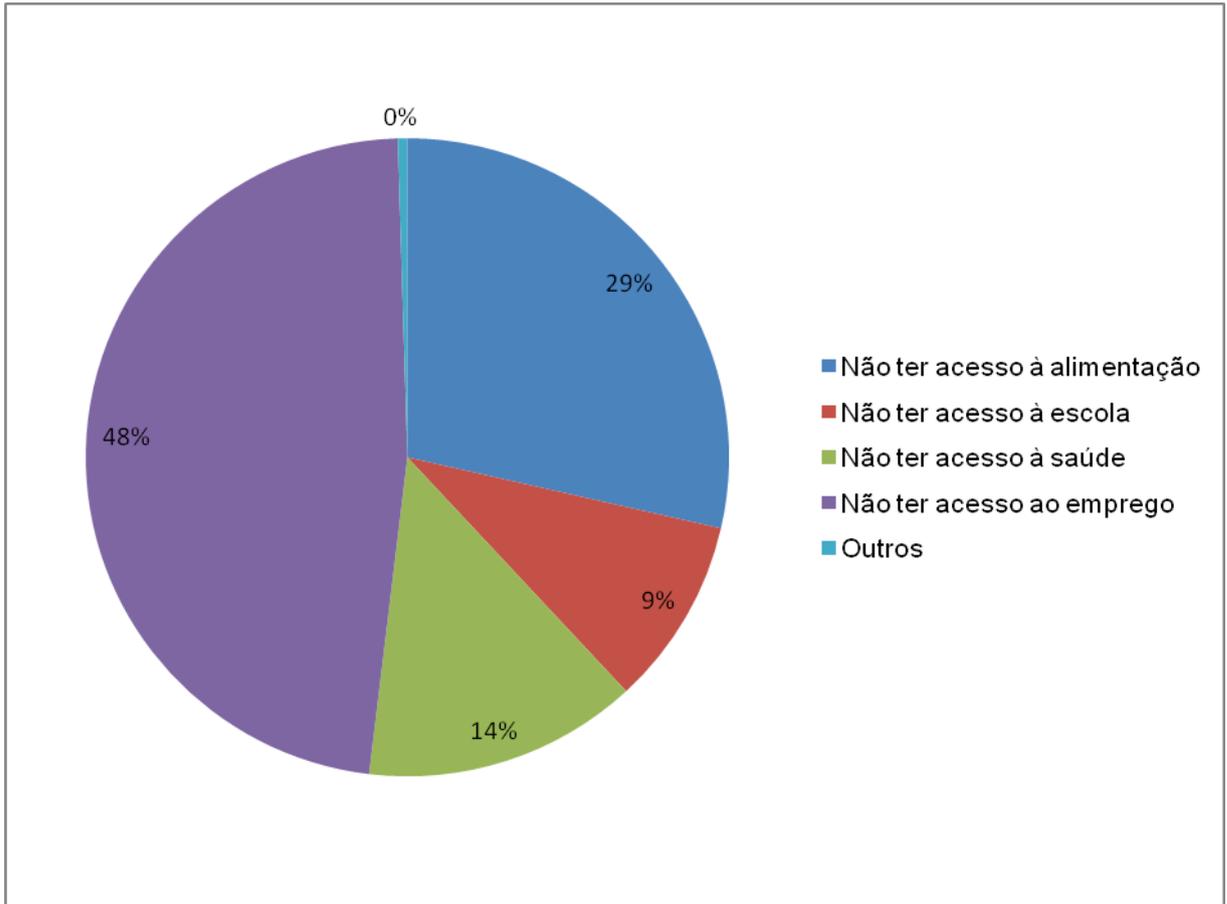
O gráfico 21 ressalta a melhoria da qualidade de vida após o recebimento das moradias pelos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, onde a maioria, 54% (cinquenta e quatro por cento) afirmaram que sua renda familiar melhorou após o recebimento da casa, já 11% (onze por cento) afirmaram que, o que melhorou foi o acesso das crianças à educação, 24% (vinte e quatro) dos beneficiados entrevistados afirmaram que a alimentação foi que teve uma melhora, contudo, 4% (quatro por cento) dos beneficiados afirmaram que houve uma melhora na saúde e 7% (sete por cento) optaram por outros. Observa-se que a renda foi a área em que mais teve efeito após o recebimento da casa. Todavia, o baixo índice de percentual do acesso à saúde é preocupante, pois a saúde é um dos principais índices de desenvolvimento humano.



**Gráfico 22** – Setores a qual o Programa MCMV não conseguiu alcançar na melhoria de vida do beneficiado e de sua família

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 22 está relacionado ao setor ao qual o Programa Minha Casa Minha Vida não alcançou na vida dos beneficiários do mesmo no bairro Itamar Guará, onde a maioria, 39% (trinta e nove por cento) afirmaram que não houve melhoria na segurança ao mudar para o bairro. O acesso à saúde é o segundo índice que mais teve rejeição pelos beneficiados, sendo 34% (trinta e quatro por cento), já 21% (vinte e um por cento) afirmam que o acesso à educação não houve melhoras ao mudar para o bairro, e 3% (três por cento) afirmaram que não houve melhoria do emprego e renda ao mudarem para o bairro.



**Gráfico 23** – Significado de pobreza para as pessoas entrevistadas  
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

O gráfico 23 está relacionado ao conceito de pobreza pelos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, onde 48% (quarenta e oito por cento) afirmaram que pobreza é não ter acesso ao emprego, já 29% (vinte e nove por cento) afirmaram que pobreza é não ter acesso à alimentação. O acesso à saúde vem com 14% (quatorze por cento), e por fim 9% (nove por cento) afirmaram que pobreza é não ter acesso à escola.

## 9 CONCLUSÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida vem incentivando uma série de investimentos em habitação, assim propondo crescimento no setor da construção civil e gerando emprego, contudo, o Programa também vem com incentivos no atendimento à população de baixa renda, colocando o foco sobre os fins do desenvolvimento econômico e contribuindo para que as pessoas tenham mais acesso à saúde, educação, moradia, segurança, direitos civis, e assim por diante, pois uma das finalidades do Programa MCMV é garantir acesso à moradia digna com desenvolvimento humano.

Contudo, considerando que o acesso à habitação é um dos fatores preponderantes para o indivíduo desenvolver suas capacidades básicas e, assim, suprir suas necessidades, o acesso a uma moradia digna através do Programa MCMV é de grande importância para a vida da população de baixa renda.

Logo, a maior parte do déficit habitacional, segundo a Fundação João Pinheiro (2006) está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste, e assim, acrescenta-se ainda, que o déficit habitacional é mais elevado nas famílias cuja renda mensal vai de zero a três salários mínimos, sendo o déficit maior quanto mais baixa for a faixa de renda. Logo, qualquer política que tenha por finalidade resolver o déficit habitacional terá como consequência a promoção do desenvolvimento econômico do país.

De acordo com o que foi analisado na pesquisa de campo e estudo deste trabalho, O Programa Minha Casa Minha Vida ocasionou efeito positivo na vida dos moradores beneficiários do bairro Itamar Guará. Este programa proporcionou novos horizontes para as famílias de baixa renda do município de Imperatriz, tanto no que tange o aumento da renda, devido às baixas parcelas pagas pelo financiamento, onde a pesquisa demonstra claramente através dos gráficos analisados, como também, oferecendo educação através de uma escola construída no bairro, oferecendo conforto através da estrutura das casas e uma boa localidade na cidade. O bairro Itamar Guará apresenta ruas pavimentadas, onde a coleta de lixo é semanal, também apresenta uma boa mobilidade para os moradores do bairro, pois a circulação de transporte público no bairro.

No entanto a escola presente no bairro Itamar Guará dispõe apenas o ensino fundamental, logo a escola do bairro não dispendo do ensino médio faz com que alguns moradores irem estudar em escolas de outros bairros. O bairro ainda não dispõe de uma creche e também não existe nem um posto policial para assegurar uma melhor qualidade de vida através da segurança pública.

Logo também um dos setores ao qual o bairro não tem o devido suporte é a saúde pública, pois de acordo com a pesquisa feita no local os moradores reclamam do atendimento feito no posto de saúde, onde a falta de medicamentos e apenas um enfermeiro para o atendimento no posto.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz memórias e registros**. Imperatriz: Editora Ética, 1996.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. [S.I.:s.n.]:[21--].

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do MCMV**, Brasília, 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda Habitacional no Brasil**. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Minha Casa Minha Vida II**. Governo Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Empreendimentos MCMV faixa1. Apresentação**. Disponível em: <[http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/Empreendimentos\\_MCMV\\_faixa1.pdf](http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/Empreendimentos_MCMV_faixa1.pdf)> . Acesso em: 06 de outubro de 2014.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **ECONOMIA REGIONAL E URBANA contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

DORVAL, Guilherme de Carvalho; BATISTA, Gustavo de Alvarenga. **Estudo sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida – MCMV”**. Almeida direto corporativo, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil**. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005.

FRANKLIN, Adalberto. **A Historia Econômica de Imperatriz**. Maranhão: Editora Ética, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GREEN, Duncan. **Da Pobreza ao Poder**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO, Rudinei JR. **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCNI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MELO, Francisca das Chagas. **Déficit Habitacional Brasileiro**: fatores determinantes da expansão atual. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, Brasília, 2007.

MINAYO, Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilza Ramos de. (Organizadoras). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NOLETO, Agostinho. **Desenvolvimento urbano**. In: ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: AIL, 2002.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Nacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de tarumã florido**. Imperatriz: Ética, 1997.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

PORTAL DA PREFEITURA DE IMPERATRIZ. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Plano Nacional de Habitação. **Apresentação**. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao\\_PlanHab\\_Capa.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf)>. Acesso em: 10 de março de 2014.

SCHMIDT, Benício Viero. **O Estado e a Política Urbana no Brasil**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, L&PM, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática LTDA, 2004.

\_\_\_\_\_. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA. Rodovia da Unidade Nacional. Belém, 1958.

## APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Imperatriz-MA



## FACULDADE DE IMPERATRIZ

A. REGIÃO TOCANTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA

CNPJ nº 69.441.194/0001-67 Telefax: (99) 3524-8298 E-mail: [facimp@facimp.edu.br](mailto:facimp@facimp.edu.br)

Av. Prudente de Moraes, s/nº Resid. Kubitscheck Imperatriz - Maranhão CEP 65900-000

Prezado (a) Sr (a)

Sou academico do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz – FACIMP, e estou realizando uma pesquisa sobre os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida para os beneficiários e gostaria de sua contribuição.

Por motivos éticos você não precisa se identificar. Obrigado pela colaboração.

1. Gênero:

- ( ) Feminino
- ( ) Masculino

2. Estado civil do responsável pelo benefício:

- ( ) Casado
- ( ) Solteiro
- ( ) Separado
- ( ) Divorciado
- ( ) Viúvo
- ( ) Outros

3. Faixa etária:

De 15 a 25 anos

De 26 a 35 anos

De 36 a 45 anos

Acima de 46 anos

4. Nível de escolaridade:

Analfabeto

Ensino Fundamental Menor

Ensino Fundamental Maior

Ensino Médio

Ensino Superior

5. Quantos integrantes familiares residem na sua casa?

De 01 a 03 membros

De 04 a 06 membros

De 07 a 09 membros

6. Quantas integrantes familiares possuem emprego?

Nenhum

De 01 a 02 membros

De 03 a 04 membros

7. Após o recebimento da casa, houve melhoria na qualidade dos alimentos consumidos?

Sim

Não

8. O que melhorou na sua vida após o recebimento da casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida?

Educação dos filhos

Saúde da família

Pagamento de contas diversas

Alimentação

9. Condição do domicílio:

Chefe

- Cônjuge
- Filho
- Outros

10. Antes de adquirir a casa a família morava em:

- Em casa alugada
- Com familiares
- Casa emprestada

11. Quanto é a renda bruta mensal, em reais, do beneficiado pelo programa MCMV?

- De 0 á 724,00
- De 724,00 á 1448,00
- 1448,00 ou mais

12. Quantos possuem uma forma de emprego e renda?

- Nenhum
- De 01 á 02
- De 03 á 04
- De 05 ou mais

13. Quanto representa em salários mínimos?

- De 1 a 2 salários
- De 2 a 3 salários
- De 3 a 4 salários
- De 4 a 5 salários
- Acima de 5 salários

14. A renda Familiar aumentou após a aquisição da moradia?

- Sim
- Não

15. Utiliza outras fontes de financiamento de moradia?

- Sim
- Não.

16. A uma satisfação na localidade da casa no território da cidade?

- Sim
- Não

17. O espaço físico da casa apresenta conforto?

- Sim
- Não

18. Características socioeconômicas, qualificação profissional?

- Empresário
- Assalariado com Carteira
- Assalariado sem Carteira
- Autônomo
- Aposentado/Pensionista ( )
- Não Trabalha
- Outros

19. Características da pessoa beneficiada– raça / cor?

- Branca ( )
- Negra( )
- Parda( )
- Amarela ( )
- Indígena( )

20. Qual a renda familiar antes de receber a casa?

- Menos de R\$ 60,00 reais
- Entre R\$ 60,01a R\$ 120,00 reais
- Entre R\$ 120,01 até um salário mínimo
- Mais de um salário mínimo

21. Com a aquisição da casa você consegue supri suas necessidades básicas?

- Sim
- Não

Outro \_\_\_\_\_

22. O que melhorou na sua vida e de sua família depois que receberam a casa?

Alimentação

O acesso das crianças na escola

Renda familiar

O acesso ao posto de saúde

Outros \_\_\_\_\_

23. Em sua opinião o que o programa minha casa minha vida não conseguiu alcançar para melhorar a sua vida e de outras famílias?

Acesso à educação

Acesso à saúde

Emprego e renda

Segurança

Outro \_\_\_\_\_

24. O que significa pobreza pra você?

Não ter acesso a alimentação

Não ter acesso a escola

Não ter acesso a saúde

Não ter acesso ao emprego

Outro

## ANEXOS



**FOTO 1** – Escola do bairro  
Fonte: Arquivo pessoal.



**FOTO 2** – Placa da Fonte de Recurso  
Fonte: Arquivo pessoal.



**FOTO 3** – Esgoto a céu aberto  
Fonte: Arquivo pessoal.



**FOTO 4** – Pesquisadores  
Fonte: Arquivo pessoal.